

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

PATRÍCIA HELENA LEÃO PINHEIRO

**EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS:
UMA PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO E FORMAÇÃO**

**Jaguarão
2015**

PATRÍCIA HELENA LEÃO PINHEIRO

**EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS:
UMA PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO E FORMAÇÃO**

Relatório Crítico-Reflexivo apresentado ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Mestrado Profissional da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Suzana Schwartz

**Jaguarão
2015**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

P654e Pinheiro, Patricia Helena Leão
EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS: UMA PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO
DO ESPAÇO EDUCACIONAL E FORMAÇÃO / Patricia Helena Leão
Pinheiro.
76 p.

Dissertação (Mestrado)-- Universidade Federal do Pampa,
MESTRADO EM EDUCAÇÃO, 2015.
"Orientação: Suzana Schwartz".

1. Educação bilíngue. 2. Formação continuada docente. 3.
Ensino e aprendizagem. I. Título.

PATRÍCIA HELENA LEÃO PINHEIRO

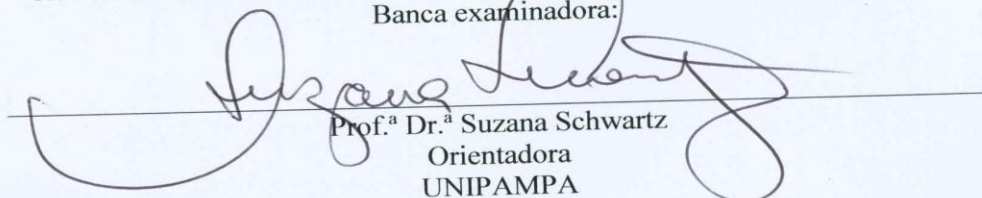
**EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS:
UMA PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO E FORMAÇÃO**

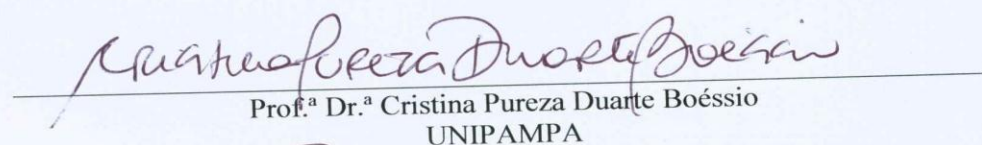
Relatório Crítico-Reflexivo apresentado ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Mestrado Profissional da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação.

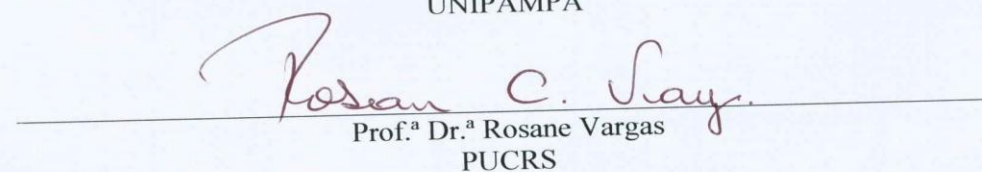
Área de concentração: Educação

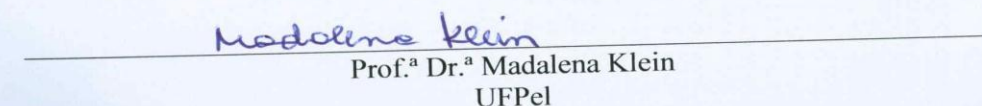
Relatório Crítico-Reflexivo defendido e aprovado em: 13 de março de 2015.

Banca examinadora:


Prof.^a Dr.^a Suzana Schwartz
Orientadora
UNIPAMPA


Prof.^a Dr.^a Cristina Pureza Duarte Boéssio
UNIPAMPA


Prof.^a Dr.^a Rosane Vargas
PUCRS


Prof.^a Dr.^a Madalena Klein
UFPel

Dedico esse trabalho à comunidade surda do Rio Grande do Sul, em especial à comunidade surda de Jaguarão, Pelotas, São Lourenço e Piratini.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, o maior mestre que alguém pode ter.

À Universidade Federal do Pampa, campus Jaguarão, por oportunizar a oferta de Mestrado Profissional aos profissionais da educação das regiões Sul e da Campanha do estado.

Aos hoje colegas de trabalho e amigos Luis Henrique Alexandrino, Rejane Storch, Ivana Gomes, Andreia Figueiredo, Bianca Peter, Diogo Madeira, Raphael Siqueira, André Lima, Liliane Silva, Roger Prestes e Aline Kaster, surdos pelotenses que considero protagonistas da história de lutas e conquistas na educação e nos direitos da comunidade surda de Pelotas e região, que inspiram outros surdos e, principalmente, que mostraram, na prática, aspectos e vivências dessa comunidade surda que me fizeram refletir, me aperfeiçoar na educação de surdos e, cada vez mais, buscar as respostas para satisfazer os interesses desse público.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Suzana Schwartz, pela oportunidade, pelo apoio e pela confiança na elaboração do Projeto de Intervenção e desse Relatório Crítico Reflexivo, e pela estima de ter sido sua aluna.

À Prof.^a Ms.^a Patrícia Hoff, pelo paciente trabalho de revisão da redação.

Às Professoras Madalena Klein e Rosane Vargas, pela leitura comprometida desse trabalho e pelo tempo dispensado para comparecerem às bancas de qualificação e defesa.

Ao Professor Daniel Lopes Romeu, professor de LIBRAS dos cursos de Licenciatura da UNIPAMPA, pela nossa pequena conquista na transformação da organização do espaço bilíngue na escola em que aconteceu o PI, sendo grande parceiro nessa luta contra as desigualdades linguística e cultural na educação de surdos.

Ao acolhimento da escola Marechal Castelo Branco, onde a prática foi realizada, e às parcerias firmadas entre a SMED de Jaguarão, a UNIPAMPA e essa escola.

Aos meus pais, Heloisa e Nedir, pelo apoio incondicional e pelo incentivo nas horas difíceis, de desânimo e cansaço.

Ao meu irmão, Luciano, e ao meu tio, Renato, pela contribuição valiosa nos momentos em que descuidei até mesmo da minha saúde e pelo cuidado dedicado ao meu bem-estar, sempre estando prontos a me ajudar e a me acolher.

Às amigas Luciane Pinheiro e Marielda Medeiros, parceiras desses dois anos de estrada e estudos na UNIPAMPA, e à Ida Marins, que apresentou e incentivou-me para a pós-graduação.

À minha amiga e irmã na amizade Marli Pardo Legemann Oliveira, que, em todos os momentos da nossa formação, fez-se presente em minha vida e, com toda certeza, assim continuará, pois não há beleza maior do que poder agradecer a alguém por ter confiado em mim e feito com que eu reconhecesse o valor das coisas realmente úteis para a minha vida.

E, finalmente, ao meu filho, Gabriel Pinheiro Corrêa, por fazer meu coração e minha vida pulsarem, sentindo-me privilegiada ao ser escolhida, diante de tantas mães, para direcionar sua caminhada nessa vida, e por iluminar de maneira especial os meus pensamentos e projetos, levando-me a buscar mais conhecimentos.

RESUMO

Esse relatório crítico-reflexivo descreve a proposta de intervenção desenvolvida no Mestrado Profissional em Educação da UNIPAMPA, campus Jaguarão/RS, elaborada a partir das minhas experiências na educação de surdos enquanto gestora da rede municipal de Pelotas/RS e da 5ª Coordenadoria Estadual de Educação (5ª CRE). A proposta desse trabalho constituiu-se em uma intervenção que emergiu da atual política nacional da educação especial na perspectiva inclusiva do MEC/SECADI, a partir do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e da Política Educacional Bilíngue para Surdos. Esse projeto foi desenvolvido a fim de contribuir para a organização de um ambiente bilíngue para o ensino e a aprendizagem de estudantes surdos junto a estudantes ouvintes em uma escola da rede pública de ensino da cidade de Jaguarão, com ênfase na formação continuada dos intérpretes e dos professores envolvidos. Tratou-se de um estudo estruturado em uma abordagem qualitativa de cunho interventivo, no qual pretendi colaborar para a resolução dos problemas práticos observados no diagnóstico realizado. Teve como intuito alcançar avanços qualitativos por meio da organização didática para a construção do conhecimento necessário para promover a reflexão crítica sobre o trabalho atualmente desenvolvido no contexto de inserção dos sujeitos participantes, mobilizando-os a qualificarem as suas práticas. Nesse sentido, as ações planejadas ao longo do projeto de intervenção visaram a contribuir para a formação continuada da língua de sinais, beneficiando também a prática de outros profissionais e, conseqüentemente, dos alunos surdos. Em face dessa realidade, foi verificada, nos resultados, além da realização dos objetivos traçados, a possibilidade de promover ações semelhantes em outros espaços na educação bilíngue para surdos incluídos, ações que contemplem as necessidades dos demais sujeitos inseridos nesse contexto de ensino, principalmente dos que atuam diretamente na condição de professores, intérpretes, professor do AEE e gestores, considerando a organização do ambiente educacional bilíngue, bem como a qualificação da formação desses profissionais, essencial para a promoção de um ensino significativo e inclusivo. Verificou-se, também, o desafio de realizar o projeto de intervenção mediante as parcerias firmadas e os desejos de continuidade das ações.

Palavras-chave: Educação bilíngue. Formação continuada docente. Ensino e aprendizagem.

RESUMEN

Ese informe crítico-reflexivo describe la propuesta de intervención que fue desarrollada en la Maestría Profesional en Educación de la UNIPAMPA, campus Jaguarão/RS, extraído de mis experiencias en la educación de sordos como gestora de la Red Municipal de Pelotas/RS y de la 5ª Coordinadoría Estadual de Educação (5ª CRE). La propuesta de ese trabajo constituye en una intervención que emergió de la actual política nacional de la educación especial en la perspectiva inclusiva del MEC/SECADI a través del Atendimento Educacional Especializado (AEE) y de la Política Educacional Bilingüe para Sordos. Ese proyecto fue desarrollado para contribuir para la organización de un ambiente bilingüe para el enseño y aprendizaje de estudiantes sordos junto a estudiantes oyentes en una escuela de la red pública de enseño de la ciudad de Jaguarão, con énfasis en la formación continuada de los intérpretes y profesores participantes. Tratase de un estudio estructurado en un abordaje de orden cualitativa-interventiva, en lo cual pretendí colaborar para la resolución de los problemas prácticos observados en el diagnóstico realizado. Fue pensado para alcanzar avances cualitativos a través de la organización didáctica para la construcción del conocimiento necesario para promover la reflexión crítica sobre el trabajo actualmente desarrollado en el contexto de inserción de los sujetos participantes, movilizándolos a cualificaren sus prácticas. En ese sentido, las acciones planeadas al largo del proyecto de intervención visaban contribuir para la formación continuada de la lengua de señas, beneficiando también la práctica de otros profesionales, y consecuentemente de los alumnos sordos. Frente a esta realidad, se encontró, en los resultados, a más de la consecución de los objetivos planteados, la posibilidad de promover acciones similares en otros espacios de la educación bilingüe para sordos incluidos, acciones que aborden las necesidades de otros sujetos insertados en este contexto educativo, especialmente aquellos que trabajan directamente como profesores, intérpretes, profesores del AEE y gerentes, considerando la organización del ambiente educativo bilingüe, así como la calificación de la formación de estos profesionales que es esencial para promover una educación significativa e inclusiva. Se encontró también el desafío de llevar a cabo el proyecto de intervención a través de las alianzas y los deseos de continuidad de las acciones.

Palabras clave: Educación bilingüe. Formación continuada docente. Enseño y aprendizaje.

LISTA DE SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CRE – Coordenadoria Regional de Educação

EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental

FADERS – Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiências e Pessoas com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul

FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos

INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos

L1 – Primeira Língua

L2 – Segunda Língua

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

LS – Língua de Sinais

MEC – Ministério da Educação

NUPPES – Núcleo de Pesquisa de Políticas Educacionais para Surdos

PI – Projeto de Intervenção

PPGEDU/UFRGS – Programa de Pós-Graduação de Educação/Universidade Federal do Rio Grande do Sul

PROLIBRAS – Prova de Proficiência em LIBRAS

SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SEDUC – Secretaria Estadual de Educação

SMED – Secretaria Municipal de Educação e Desporto

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Formação na área da surdez das professoras do AEE	22
Quadro 2 – Ações do diagnóstico da intervenção	29

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	12
2	REVISANDO A TRAJETÓRIA	13
2.1	Situação geradora	13
2.2	Revisitando a história da educação dos surdos no Brasil	15
3	Plano de Ação.....	22
3.1	O contexto do Plano de Ação	22
3.2	Metodologia	26
3.3	Planejamento das ações.....	27
3.4	Descrição e execução das ações	32
3.5	Análise e síntese da avaliação das ações	46
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
	REFERÊNCIAS	52
	ANEXOS	56

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Segundo a política do MEC/SECADI, o profissional do AEE no contexto de educação bilíngue para surdos deve ter seu trabalho focado no ensino da língua de sinais e da língua portuguesa escrita, e a sua atuação deve contribuir com o trabalho realizado pelo professor que desenvolve sua docência em sala de aula composta por alunos ouvintes e surdos. Ainda que essencial para a aprendizagem do aluno surdo em contexto de ensino regular, o serviço do AEE, de modo geral, porém, não tem conseguido romper com a ideia de que a língua portuguesa é a principal utilizada na escola e que o uso da língua de sinais constitui somente um direito concedido aos alunos surdos. Dessa forma, apenas com o suporte do AEE, tal como acontece na escola onde esse projeto de intervenção foi desenvolvido, não vem ocorrendo a adequação de um ambiente bilíngue, ocasionando, muitas vezes, a separação, em um mesmo espaço educacional, entre os universos ouvinte e surdo.

Tais aspectos foram percebidos no contexto da escola onde se realizou esse projeto quando dialoguei com a equipe diretiva, os intérpretes e os professores que nela atuam, assim como quando realizei observações participantes que me levaram a perceber, após a devida análise metodológica, que a inclusão dos alunos surdos naquele espaço parece ainda não estar concretizada de modo apropriado.

Ademais, a política atual da área não tem conseguido dar conta do atendimento adequado aos alunos surdos, principalmente em municípios onde não existem escolas ou associações de surdos. Assim, o objetivo geral dessa pesquisa interventiva foi o de contribuir para a organização de um ambiente bilíngue para o ensino e a aprendizagem de estudantes surdos junto a estudantes ouvintes em uma escola da rede pública de ensino da cidade de Jaguarão/RS, atuando especificamente na organização de uma cultura de formação dos intérpretes e professores envolvidos com essa educação.

2 REVISANDO A TRAJETÓRIA

2.1 Situação geradora

Esse relatório crítico-reflexivo é o produto solicitado para a conclusão do curso de Mestrado Profissional em Educação e foi desenvolvido em três etapas. Na primeira etapa, elaborei e desenvolvi um projeto de intervenção, que priorizou a realização de um diagnóstico do contexto de inserção para identificar as demandas da minha área de atuação. O projeto passou por uma apresentação pública, tendo sido analisado e comentado por uma banca constituída para esse propósito, processo que contribuiu muito para a elaboração e o desenvolvimento da etapa seguinte. Nessa segunda etapa, aconteceram o planejamento, a execução e a avaliação do plano de ação, que teve origem nas necessidades percebidas a partir do diagnóstico do contexto. A terceira etapa foi a elaboração desse relatório crítico-reflexivo sobre o processo vivenciado.

O tema do projeto inspirou-se nos estudantes surdos incluídos em classes regulares da educação básica, considerando os seus processos de ensino e aprendizagem. O diagnóstico realizado encaminhou-me para a percepção, dentre outras questões, da necessidade da formação continuada específica para o professor que atua em classes de inclusão, o que levou-me ao objetivo geral desse projeto, descrito na seção anterior. Para justificar a necessidade do desenvolvimento de um plano de ação em direção a esse propósito, apresento, a seguir, o contexto da intervenção.

Na escola onde aconteceu esse projeto de intervenção – a EMEF Marechal Castelo Branco¹ –, estudam seis alunos surdos. Desses, quatro frequentavam o terceiro ano, um aluno estava no quarto ano e outro, no oitavo ano – todos incluídos em turmas de ouvintes e acompanhados por um mediador de comunicação². Em um âmbito mais geral, é possível afirmar que o grupo de alunos incluído em turmas com alunos ouvintes caracteriza outra configuração do ambiente educacional bilíngue para surdos, formato que tem sido bastante discutido no Brasil. Nesse bojo, situam-se os estudos de Quadros (1997), Skliar (1998, 2013), Goldfeld (2000), Lacerda (1998, 2000), Padilha (2010), Fernandes (2010), Stumpf (2009) e

¹ O termo de consentimento para o uso do nome da escola, assinado pela diretora, consta no Anexo B.

² Nesse relatório, para referir-me aos dois profissionais que realizam a interpretação da língua de sinais para o grupo de alunos surdos da escola analisada, utilizo o termo “mediador de comunicação”, tendo em vista que os profissionais que desempenham essa função na escola não possuem formação como intérpretes, ou seja, não realizaram cursos para intérprete ou prova de proficiência em LIBRAS. Além disso, não existe o cargo de intérprete no município de Jaguarão.

Sperb e Thoma (2012), estudos que salientam aspectos e conceitos da educação bilíngue para estudantes surdos e que contribuem para a organização desse ambiente educacional.

Observando metodologicamente o contexto analisado e considerando a minha inserção profissional na área da educação de surdos e na atuação como gestora, pude perceber a necessidade de promover ações concretas quanto ao atendimento qualificado, que considere a diferença linguística do grupo de alunos inseridos na escola na qual o meu projeto foi realizado. Quando me refiro ao bilinguismo no campo da educação de surdos, tomo como base as reflexões de Quadros (2005), Fernandes (2010), Goldfeld (2000), Lacerda e Lodi (2007), Perlin (2014), entre outros autores que falam sobre a existência de duas línguas no ambiente do surdo: a língua natural (L1, a Língua Brasileira de Sinais) e a língua oficial do país (L2, a Língua Portuguesa). Diante desse cenário, dizemos que o surdo vive em situação bilíngue. Esse aspecto é reconhecido no Relatório da Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa, documento utilizado como subsídio para a discussão da política educacional, citado a seguir:

A Educação Bilíngue de surdos envolve a criação de ambientes linguísticos para a aquisição da LIBRAS como primeira língua (L1) por crianças surdas, no tempo de desenvolvimento linguístico esperado e similar ao das crianças ouvintes, e a aquisição do português como segunda língua (L2). A Educação Bilíngue é regular, em LIBRAS, integra as línguas envolvidas em seu currículo e não faz parte do atendimento educacional especializado. O objetivo é garantir a aquisição e a aprendizagem das línguas envolvidas como condição necessária à educação do surdo, construindo sua identidade linguística e cultural em LIBRAS e concluir a educação básica em situação de igualdade com as crianças ouvintes e falantes do português. (BRASIL, 2014).

Além desses temas e questões, também contribuí na escolha do contexto de inserção do projeto o convite, que recebi da Secretaria de Educação de Jaguarão, para articularmos uma parceria nessa demanda. Cabe ressaltar que existe atendimento aos alunos surdos da rede pública municipal dessa cidade, mas esse tem sido realizado por profissionais cuja formação não condiz com o Decreto nº 5626/2005, que embasa a proposta de Educação Bilíngue. Esse documento aponta para a necessidade de formação ao exercer a profissão de intérprete, sendo realizada por meio dos cursos de educação profissional, cursos de extensão universitária ou cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação. No contexto dessa escola, os dois profissionais que prestavam esse atendimento aos alunos não possuíam formação exigida para atuarem como

intérpretes, e seus contratos de trabalho foram firmados para ocuparem o cargo de cuidadores³.

Por essas razões, e por considerar a relevância social e a abrangência desse projeto, optei por planejar e desenvolver a intervenção visando à organização de um ambiente bilíngue para o ensino e a aprendizagem de estudantes surdos junto a estudantes ouvintes em uma escola de Jaguarão, focando na organização de uma cultura de formação dos intérpretes e professores envolvidos nesse contexto de ensino.

Para cumprir com esse propósito, foi necessário estabelecer os objetivos específicos indicados a seguir: identificar, descrever, analisar e compreender as percepções e práticas educativas dos professores e intérpretes com os alunos surdos da escola em questão e, assim, contribuir com a formação dos profissionais que trabalham com sujeitos surdos nos anos iniciais no município de Jaguarão; planejar, desenvolver e oportunizar oficinas de práticas educacionais bilíngues. Para embasar metodologicamente o projeto, resgatei o histórico da educação de surdos na escola, buscando, com o conhecimento do passado, compreender melhor o presente e estruturar o quadro de ações que permitiu obter uma visão de todo o projeto de intervenção e, desse modo, perceber as etapas executadas. Vê-se, assim, que o planejamento realizou-se com ações pontuais, considerando também os desdobramentos que estavam acontecendo, pois nos municípios de Piratini e São Lourenço do Sul começaram a surgir discussões sobre a organização do espaço bilíngue para surdos na inclusão. Assim, as ações também beneficiam planejamentos futuros que almejem provocar reflexão crítica em outros profissionais da área.

2.2 Revisitando a história da educação dos surdos no Brasil

Essa seção tem o intuito de contextualizar brevemente a historicidade da educação de surdos no Brasil, bem como as políticas educacionais propostas para assegurar essa educação.

Segundo Campello (2014), o Instituto de Educação e Integração de Surdos (INES)⁴ mantém em seu acervo registros referentes à história da educação de surdos no país. Um dos documentos atuais que faz uma importante retrospectiva da história dos surdos no contexto

³ O cuidador assegura que alunos com limitações de comunicação, orientação, compreensão, mobilidade, locomoção ou outras limitações de ordem motora possam realizar as atividades cotidianas e as propostas dos educadores durante as aulas e nos períodos extraclasse, viabilizando, assim, a efetiva participação desses alunos na escola.

⁴ O INES foi a primeira escola de surdos no Brasil, fundada por D. Pedro II em 1856.

brasileiro é o livro *INES e a educação de Surdos no Brasil: aspectos da trajetória desse instituto em seu percurso de 150 anos*, escrito por Solange Rocha (2008). Além dessa publicação, há materiais mais antigos guardados no acervo do INES, como as páginas que compõem a *Iconographia dos Signaes*, que consiste na tradução de 362 verbetes da língua de sinais francesa para a língua portuguesa, elaborada no ano de 1875 por um ex-aluno do Instituto do Rio de Janeiro, de nome Flausino da Gama. Outros materiais guardados no acervo são os exemplares do jornal da Associação Brasileira dos Surdos, que circulou durante dois anos, de 1914 a 1916. Também existem registros escritos em francês e inglês por intelectuais surdos relatando como os surdos da França e Inglaterra estudavam, trabalhavam, sinalizavam, casavam, faziam política, praticavam esporte, produziam arte, enfim, como conviviam em sociedade junto aos ouvintes naquela época, nos anos de 1880.

Conforme apontam os registros, a partir do século XVIII, as discussões na área dedicavam-se aos métodos de comunicação voltados para a língua oral ou para a língua de sinais. O oralismo teve origem na Alemanha no século XVIII com o Pe. Samuel Heinicke, que ensinou jovens surdos a falar, ler os lábios e escrever. Heinicke fundou a primeira escola de oralismo puro na Alemanha e opôs-se fortemente à utilização da língua de sinais. Outro fato importante foi o Congresso de Milão, realizado em setembro de 1880, que teve como principal resolução, votada apenas por ouvintes, a indicação do método oralista para o ensino de surdos. Mas foi na França, com o abade e educador filantropo Charles Michel de L'Épée (conhecido como “Pai dos Surdos”), que surgiu o ensino formalizado da língua de sinais, também no século XVIII. Na época, L'Épée aprendeu sinais junto a alguns surdos, sendo pioneiro em elaborar práticas pedagógicas com a língua de sinais. Fundou a primeira escola pública de surdos e mudos⁵ em Paris, na qual treinou professores para ensinarem alunos surdos (GÓES; CAMPOS, 2013). É importante ressaltar, ainda, que a LIBRAS teve influência da língua francesa de sinais, trazida ao Brasil pelo professor Eduard Huet, que inaugurou, sob os auspícios de Dom Pedro II, o Imperial Instituto de Surdos-Mudos, hoje INES (CAMPELLO, 2014, p. 115).

A educação de surdos no Brasil passou por diferentes períodos, em que as principais abordagens pedagógicas foram oralismo, comunicação total e bilinguismo. No oralismo, era exigido do surdo que falasse, sem utilizar qualquer tipo de sinais. Esse período não trouxe

⁵ Para o oralismo, o surdo era tratado como surdo-mudo, ou o mais comum: mudo. A sociedade, sobretudo na figura de médicos e educadores, observando que tal nomenclatura era errônea, depois de vários estudos chegou à conclusão que o aparelho fonador do surdo, assim como dos ouvintes, é preservado, tornando o termo mudo inadequado. Contudo, o sentimento de “culpa” e de discriminação determinou o tão conhecido termo “deficiente auditivo” como o mais correto para se reportar às pessoas surdas.

muitos benefícios, visto que apenas uma pequena parte dos surdos atingia um nível de compreensão da fala, enquanto que a grande maioria não conseguia se comunicar de forma satisfatória. A comunicação total, por sua vez, abrange e aceita qualquer tipo de comunicação (falada, gestual, de sinais, de leitura orofacial), podendo o surdo se expressar em sua modalidade preferida. Porém, o oralismo ainda estava muito presente na fase da comunicação total, gerando, assim, muitas formas de implementar a comunicação total do surdo, mas que também não trouxe resultados significativos. Já no bilinguismo, o surdo utiliza a fala e também a língua de sinais, possibilitando ao surdo relacionar-se melhor tanto com a comunidade surda quanto com a ouvinte, já que ele pode utilizar a sua língua materna (sinais) e compreender a língua majoritária (falada).

Mas, foi somente na década de 1990, em decorrência das lutas do movimento surdo, que houve o reconhecimento e a oficialização da LIBRAS. Fundamental para esse período, o movimento de oficialização teve sua origem em caráter local, tendo acontecido em apenas alguns municípios e estados. Posteriormente, o crescimento do movimento surdo convergiu com a aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei nº 10.436/2002, que tornava a LIBRAS uma língua oficial no país. Assim, conforme Klein e Thoma (2010, p. 110), “os anos 90 do século XX podem ser lembrados como o tempo da mobilização e do fortalecimento dos movimentos surdos no Brasil”.

Nesse contexto emergente, a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) – instituição responsável por articular políticas públicas na educação, no trabalho, na saúde e na assistência social para surdos – instalou um escritório no Rio Grande do Sul, passando a articular as ações desse estado com o restante do país.

Uma série de acontecimentos sucedeu-se, como a formação de um grupo para a promoção do debate sobre a área da educação de surdos, a exemplo do grupo que surgiu no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDU/UFRGS), que formou a primeira doutora surda na área da educação, a professora Gladis Perlin.

O grupo de educadores-pesquisadores envolvidos com essa educação criou o Núcleo de Pesquisas em Políticas Educacionais para Surdos (NUPPES). O NUPPES tinha como objetivo articular as políticas na educação de surdos com projetos de pesquisas e extensão, e oportunizar, dessa forma, cursos de formação para intérpretes e professores, fóruns de discussões e proposição de políticas educacionais que resultaram, por exemplo, na realização do V Congresso Latino-Americano de Educação Bilíngue para Surdos, em 1999, na cidade de Porto Alegre (KLEIN; THOMA, 2010).

Esse evento parece ter sido um divisor de águas nas políticas públicas na educação de surdos no Brasil. Os participantes desse evento elaboraram um documento, intitulado “A Educação que Nós Surdos Queremos”, que gerou debates e mudanças na legislação e nas escolas, especialmente em favor da reestruturação de alguns projetos político-pedagógicos e no planejamento para a formação inicial e continuada de professores. Também em 1999, intensificaram-se as discussões em relação ao espaço que a educação de surdos tinha na educação especial.

A partir desse evento, o Rio Grande do Sul passou a ser ainda mais procurado por surdos de outros estados brasileiros, em função do significativo número de escolas de surdos existente nesse estado – fato importante para esse movimento, que fortaleceu as escolas de surdos e possibilitou que muitos surdos conseguissem ingressar no ensino superior, pois, conforme Thoma e Lopes (2006), o ingresso de surdos na universidade se dá, sobretudo, em regiões que possuem escolas de surdos. Ademais, em 2005, foi criado um Decreto, de nº 5626/2005, que regulamentou a Lei de LIBRAS, de 2002.

Percebe-se, assim, que esses movimentos contribuíram para legalizar e garantir o direito à educação de acordo com as políticas linguísticas do movimento surdo, constituindo uma parte importante da historicidade dessa educação no Brasil. Esses movimentos são frequentemente aludidos pelos textos e livros sobre a escola bilíngue e a educação bilíngue para surdos, que falam das lideranças e a importância de haver professores surdos. Mas, ainda que tal momento político tenha contribuído para o reconhecimento da LIBRAS e dessa comunidade de um modo geral, os profissionais surdos da época eram convidados a ministrar o ensino de LIBRAS somente na condição de instrutores e monitores, restringindo, assim, a sua participação no espaço escolar.

Apesar disso, o Relatório da Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa aponta para políticas educacionais ou linguísticas específicas, que rompam com práticas ultrapassadas – as quais identifiquei no contexto da escola de Jaguarão, onde percebi um olhar ainda inseguro quanto à participação do surdo como profissional na educação:

A escolarização dos surdos pede imediata revisão de sua política de base, já que a atual política reforça premissas que já sustentaram outras modalidades de escolarização que fracassaram (as escolas especiais com seriação dupla interrompida no ensino primário ou fundamental; as escolas de integração com classes de reforço, e agora, como variante do período integracionista são disponibilizadas as escolas inclusivas com AEE etc.). Em nenhum desses modelos houve o rompimento com a lógica de que os surdos devem ser surdos em português por dever e em LIBRAS por concessão. É essa a lógica a ser rompida. (BRASIL, 2014).

Em termos legais, um dos principais acontecimentos na educação de surdos foi a publicação do Decreto nº 5626/2005, que, no art. 22, incisos I e II, regulamenta a Lei nº 10.436/2002, efetivando a proposta de educação bilíngue, a qual se caracteriza pelo ensino ministrado por meio da língua portuguesa e da LIBRAS, devendo, ainda, ser disponibilizados os serviços de tradutor/intérprete e o ensino da LIBRAS para os estudantes. Outra publicação, a do Decreto nº 7.611/2011, ratifica, no art. 1º, § 2º, o decreto anterior e assegura a garantia de um sistema educacional com igualdade de oportunidades, reafirmando a importância daquela proposta.

Indo ao encontro dessas demandas e com base no conhecimento cientificamente construído sobre os estudos linguísticos surdos na educação, sabe-se que o surdo precisa do conhecimento da língua de sinais para perceber as relações e o contexto mais amplo da atividade em que se encontra. O processo cognitivo é similar ao dos ouvintes, porém é preciso que se considere a diferença linguística do surdo (GOLDFELD, 2000). Diante disso, as ações dos gestores das instituições educacionais necessitam direcionar-se para uma política educativa que oportunize o acesso, a permanência e a aprendizagem a todos os alunos, e, para que isso ocorra, precisam considerar também o desenvolvimento linguístico-cognitivo, emocional e social dos estudantes surdos.

O bilinguismo é um tema amplo. A maioria dos autores não deixa evidente ou não apresenta uma discussão em termos conceituais que diferencie bilinguismo, educação bilíngue e escolarização ou escola bilíngue. Muitas vezes, essa temática é tratada com um mesmo olhar para lidar com diferentes espaços, mas falar de bilinguismo não é necessariamente falar de educação bilíngue, bem como falar de educação bilíngue não é falar de escolarização bilíngue.

Esses conceitos transitam em uma temática integrada e ampla, mas cada um focaliza algo diferenciado. Tais conceitos tornam-se particularmente importantes quando pensamos em um projeto de escola que atenda alunos surdos. Desse modo, e considerando a escola na qual foi realizada a intervenção, procurei delinear algumas definições sobre o bilinguismo, a educação bilíngue e a escolarização bilíngue a partir dos comentários dos autores mencionados e do Relatório da Política de Educação Bilíngue (2014), documento elaborado e designado pelas portarias nº 1.060/2013 e nº 91/2013 do MEC/SECADI. Conforme Skliar:

a educação bilíngue para surdos é algo mais do que domínio, em algum nível, de duas línguas. [...] A materialização de uma educação bilíngue para surdos não é apenas uma decisão de natureza técnica, mas deve ser politicamente construída tanto quanto sócio linguisticamente justificada (SKLIAR, 2013, p. 7-10).

Assim, para esse autor, o bilinguismo vai além de ser fluente em LIBRAS e na escrita do português, tendo em vista que é importante discutir essa educação segundo uma dimensão política, levando em conta o valor político em uma perspectiva histórica, cultural e social e, também, as relações de poder e conhecimento que perpassam a proposta e a ação educacionais. Além disso, Skliar alerta para o cuidado de não transformar a educação bilíngue em um método “especial”, em uma nova metodologia colonialista (SKLIAR, 2013). Nesse sentido, fui levada a refletir sobre a escola na qual realizei a intervenção, pois, nas primeiras reuniões e oficinas realizadas, percebi que, nas falas dos professores, ao serem discutidos os sentidos de como ensinar dentro de uma cultura ouvinte, os alunos surdos não eram referidos como sujeitos de uma cultura.

Stumpf (2009, p. 446) salienta que a “educação bilíngue indica educação intercultural, enquanto sistema de ensino partilhado de duas línguas e duas culturas, salvaguardando a predominância da língua materna sobre a segunda língua”. Como descrito no Relatório da Política de Educação Bilíngue (BRASIL, 2014, p. 6), a educação bilíngue “é entendida como a escolarização que respeita a condição da pessoa surda e sua experiência visual como constituidora de cultura singular, sem, contudo, desconsiderar a necessária aprendizagem escolar do português”.

Portanto, as ideias dos referidos autores e do documento conduzem o debate para além do contexto escolar, ou seja, quando falamos de bilinguismo, e, em nosso caso, reportando para o contexto da intervenção, é importante ter claro que a preocupação se volta, ao mesmo tempo, para o ensino e a aprendizagem de duas línguas. Em vista disso, parece adequado pensar que os professores inseridos nesse contexto de ensino necessitam compartilhar experiências, construir e elaborar esse conhecimento, bem como a família dos alunos surdos precisa participar dessa organização de aprendizagem no ambiente escolar, pois é importante que os familiares entendam e conheçam essa cultura e essa língua para oportunizarem as vivências também no ambiente doméstico.

Sobre o domínio da educação bilíngue, no Relatório da Política de Educação Bilíngue (BRASIL, 2014) e em Stumpf (2009) podemos perceber que é definido como uma política linguística que trabalha duas línguas conjuntamente e, ao mesmo tempo em que preza por conferir legitimidade e prestígio para a LIBRAS, necessita da atuação de professores competentes em ambas as línguas e de uma didática que possibilite atingir esses objetivos. Em Skliar (2013, p. 12), encontramos que “a educação bilíngue não pode ser assimilada à escolarização bilíngue, isto é, não se deve justificar somente como ideário pedagógico a ser desenvolvido dentro das escolas”.

A implementação, pelo MEC/SECADI, das políticas da educação especial na perspectiva inclusiva no Brasil, especialmente no que tange à educação de surdos, vem desafiando os gestores públicos, bem como o movimento surdo, representados pela FENEIS, da qual fazem parte pesquisadores surdos e ouvintes que discutem questões pontuais do cotidiano educacional da educação de surdos. No relatório do grupo de trabalho MEC/SECADI (BRASIL, 2014, p. 6), destacam-se aspectos relacionados à aquisição da primeira língua materna ou língua de sinais (LS): “a educação bilíngue é regular, em LIBRAS, integra as línguas envolvidas em seu currículo e não faz parte do atendimento educacional especializado”. Entretanto, percebe-se que o MEC/SECADI, em suas políticas no serviço de AEE para surdos, privilegiou o português escrito, deixando a língua de sinais como uma estratégia, um suporte de ensino. Segundo Santos:

Se tudo isto for realizado no AEE, que é um espaço complementar à aprendizagem do aluno, o que deve ser feito em sala de aula? Definitivamente esta é uma visão deturpada das orientações legais, bem como do desenvolvimento linguístico e cognitivo do aluno surdo. Não se pode entender a LIBRAS como complementar ou acessória no âmbito escolar, ela é a base para todo o aprendizado deste aluno e deve ser prioridade em uma proposta de Educação Bilíngue. (SANTOS, 2013, p. 13).

Nesse sentido, a Política da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, reatualizada em 2008, considera que o AEE precisa dar conta de pelo menos três demandas no que se refere ao aluno surdo:

- I) Ensino da língua de sinais (o pedagógico em LS), de preferência com professor surdo;
- (II) Ensino da língua portuguesa escrita;
- III) Aulas ministradas por professor surdo e/ou professor ouvinte que tenha, no mínimo, certificação no PROLIBRAS que denote o domínio da LIBRAS.

O serviço do AEE para surdos, que faz parte das políticas do MEC/SECADI, tem sido foco de discussões entre os educadores, pois o profissional responsável pelo AEE passou a ter que trabalhar com diferentes tipos de deficiências, gerando demandas referentes à formação e à necessidade de qualificar as práticas adotadas na perspectiva da educação inclusiva. Especificamente em relação à educação de surdos, uma das dificuldades é que a maioria dos profissionais do AEE não é fluente em LIBRAS, sendo que essa fluência é condição necessária para o ensino e a aprendizagem de alunos surdos (SPERB; THOMA, 2012).

3 PLANO DE AÇÃO

3.1 O contexto do Plano de Ação

De maneira geral, o profissional do AEE em contexto de educação de surdos, como exposto anteriormente, precisa ter o seu trabalho focado no ensino da língua de sinais e da língua portuguesa escrita, apoiando o trabalho realizado pelo professor que atua em sala de aula em turma composta por ouvintes e surdos. Assim sendo, ao realizar as entrevistas na escola onde aconteceu a intervenção, identifiquei que os profissionais que trabalham com os alunos surdos não possuíam formação específica para desenvolver uma prática necessária ao domínio dos processos discursivos e enunciativos e que o profissional do AEE não atendia os alunos surdos, uma vez que a responsabilidade desse atendimento na escola centrava-se em uma profissional licenciada em Letras com curso intermediário de LIBRAS, que realizava os atendimentos duas vezes por semana para os alunos surdos dos anos iniciais, fora da sala de aula, utilizando o espaço da sala de recursos.

No projeto, também foi possível perceber, a partir das entrevistas realizadas com as professoras do AEE na região da 5ª CRE, que a realidade do contexto é de déficit na formação dos profissionais que trabalham com a língua de sinais. Essas entrevistas foram realizadas via correio eletrônico com vinte e cinco docentes, dos quais vinte e três responderam, comentando a respeito da formação que têm na área da surdez e em relação à LIBRAS. As informações recebidas são apresentadas no quadro a seguir:

Quadro 1 – Formação na área da surdez das professoras do AEE

PERGUNTAS	SIM	NÃO
Possui curso de formação específica na área da surdez?	2	21
Possui curso básico de LIBRAS (LIBRAS I)?	7	16
Possui curso intermediário de LIBRAS (LIBRAS II)?	4	19
Possui curso avançado de LIBRAS (LIBRAS III)?	3	20

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados coletados nas entrevistas.

Com base na análise dessas informações e a partir do diagnóstico do contexto educacional dos alunos surdos no que se refere ao acesso, à aprendizagem e à permanência desses sujeitos incluídos em escolas de ouvinte, percebi que era necessário planejar, executar

e avaliar ações que contribuíssem qualitativamente para essa modalidade de ensino. Nesse sentido, afirma Lodi que:

para o ensino efetivo de uma segunda língua (L2), é necessário que o professor tenha formação específica para essa prática e que domine os processos discursivos e enunciativos de ambas as línguas, pois [...] a aprendizagem de uma língua estrangeira (L2) tem na primeira língua (L1) a base para a compreensão e a significação dos processos socioculturais, históricos e ideológicos que perpassam essa aprendizagem. (LODI, 2013, p. 57).

Nas minhas práticas cotidianas, observo que desenvolver uma cultura de formação e organização bilíngue visando somente os profissionais do AEE parece não ser suficiente para atender às necessidades linguísticas e de aprendizagem desses alunos. Ademais, a educação bilíngue para surdos perpassa tanto o espaço de escolas específicas de surdos quanto os de inclusão. Assim, precisamos compreender que, dependendo do espaço de ensino, exige-se um olhar diferenciado sobre a organização da educação bilíngue para surdos.

De acordo com Quadros (2006, p. 19), “pensar em ensinar uma segunda língua pressupõe a existência de uma primeira língua”. Para essa autora, independentemente do contexto, a educação bilíngue depende da presença de professores bilíngues e todo profissional que assumir essa educação deve aprender a língua de sinais. Nesse bojo, foi preciso promover, na escola onde se realizou a intervenção, outras reflexões no que se refere à formação dos profissionais no AEE, tendo em vista as situações de alunos surdos incluídos em turmas com alunos ouvintes.

Os mediadores de comunicação a que tenho me referido atuam como intérpretes. No contexto dessa escola, os dois profissionais que prestavam esse atendimento aos alunos não possuíam formação exigida para a função de intérprete, tendo sido contratados para atuarem como cuidadores, segundo informação prestada por um dos profissionais na época. Além disso, em muitos momentos esses profissionais exerciam a função de professor, pois os professores titulares das turmas frequentadas por alunos surdos, por não saberem a LS, delegavam a responsabilidade de ensinar os surdos aos mediadores de comunicação. Mas algo muito diferente disso é sugerido por Quadros, para quem,

além do domínio das línguas envolvidas no processo de tradução e interpretação, o profissional precisa ter qualificação específica para atuar como tal. Isso significa ter domínio dos processos, dos modelos, das estratégias e técnicas de tradução e interpretação. O profissional intérprete também deve ter formação específica na área de sua atuação (por exemplo, a área da educação). (QUADROS, 2004, p. 28).

Tendo em vista esse contexto, no que se refere à formação de professores e intérpretes na educação de surdos da região e, principalmente, na escola em que aconteceu a intervenção,

procurei algumas informações específicas sobre a história da educação de surdos no município de Jaguarão, de modo a compreender o percurso dessa formação na cidade.

No município, a inclusão de alunos surdos nas escolas das redes públicas municipal e estadual não é uma preocupação recente. Nas entrevistas e nas oficinas realizadas, houve relatos que apontaram para momentos de mobilizações na cidade em prol da educação de alunos surdos. Segundo informações coletadas com os gestores da Secretaria Municipal de Educação e Desportos (SMED) e da escola Castelo Branco, a primeira turma de alunos surdos em Jaguarão foi criada depois que o pai de um aluno surdo participou, por iniciativa própria, do curso de LIBRAS que era oferecido na Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiências e Pessoas com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul (FADERS), em Porto Alegre. Na época – entre os anos de 2001 e 2002 –, ele assumiu a turma depois de um contrato firmado com o município, embora esse pai não tivesse formação para o exercício do magistério, tendo apenas o curso de LIBRAS, e não contasse com a presença de intérprete em sala de aula. A turma era constituída somente por alunos surdos, de diferentes idades. Esse pai manteve-se como professor da turma de alunos surdos, utilizando LIBRAS, durante um período de tempo não bem especificado pelos relatos, porém aparentemente não tinha a fluência necessária para propiciar aos alunos a aquisição da língua de sinais (L1), tendo em vista que:

sem a presença de intérpretes e sem que o professor tenha uma formação mais sólida no que se refere à educação de surdos, mais especificamente, no que se refere a procedimentos curriculares e pedagógicos implicados em uma educação bilíngue e bi cultural para surdos, prejuízos para os professores e alunos estarão sendo produzidos. (LOPES; MENEZES, 2010, p. 83).

O contrato do “pai professor” foi renovado, pois na época não existiam profissionais com formação pedagógica em LIBRAS para assumirem a turma de alunos surdos. Mas, no ano de 2008, algumas mudanças aconteceram nas políticas nacionais da educação especial na perspectiva inclusiva: foi criado o Decreto nº 6.571/2008, que dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado, reorganizando ainda mais a política do AEE, bem como houve mudança de governo no cenário municipal. Dessa forma, a educação do município passou por algumas alterações, dentre as quais a criação da turma de alunos surdos de diferentes idades, ainda com o “pai professor”, que foi transferida para a EMEF Marechal Castelo Branco, a mesma onde realizei esse projeto.

De acordo com as pessoas entrevistadas, registros apontam que, no final de 2008 e início de 2009, os pais de um aluno surdo, diante das alterações ocasionadas pela política nacional mencionada, suscitaram discussões acerca das novas experiências no âmbito da

educação de surdos no município. Essas discussões levaram, por exemplo, à resolução de que os surdos fossem incluídos em turmas com alunos ouvintes e com nova professora, no ano de 2009. Essa professora possuía formação na área da educação de surdos realizada em curso à distância, segundo relato da própria professora daquela turma, que é hoje a atual diretora da escola em que foi realizada a intervenção. Embora os pais do aluno surdo tenham conseguido concretizar a ação, o poder público não abraçou a discussão, pois não houve a posterior implementação plena das políticas na educação de surdos no município. Assim, ainda que tenha havido um pequeno avanço na trajetória da educação de surdos no município de Jaguarão, é possível perceber que falta no município uma organização política dos surdos, pois a cultura surda ainda se encontra pouco divulgada na cidade, tendo em vista que uma discussão mais propositiva sobre as vivências e o ensino dos surdos exige, dentre outras questões, que nos envolvamos na experiência de conhecer o outro, o mundo do outro e, assim, firmarmos as parcerias necessárias.

Considerando tal cenário, o plano de ação inserido no Projeto de Intervenção direcionou-se para contribuir na organização de um ambiente bilíngue para o ensino e a aprendizagem de estudantes surdos junto a estudantes ouvintes na escola selecionada, com o foco voltado para a formação continuada dos intérpretes e professores envolvidos.

Para cumprir com esse objetivo, foi necessário identificar, descrever e analisar as práticas educativas dos professores, suas concepções de educação bilíngue e de educação bilíngue de surdos. Também foi preciso considerar o acesso dos alunos a essa educação, pois eles residem em um município do interior do estado, o que dificulta a frequência dos mesmos à escola específica para surdos da região⁶. Assim, ao ingressar no Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Pampa, em Jaguarão, visualizei não só a possibilidade de promover ações conjuntas para organizar o ambiente educacional bilíngue da escola Castelo Branco, no município de Jaguarão, mas também a oportunidade de ampliar a discussão para a região, pois concordo com Lacerda e Lodi quando afirmam que:

Nossa experiência leva-nos a afirmar que não basta fazer um bom trabalho, formar professores e oferecer ensino de qualidade; é necessário criar uma rede social consciente da proposta e de sua importância a fim de conseguir sua manutenção e assegurar a continuidade da mesma, apesar das mudanças de gestão política. (LACERDA; LODI, 2007, p. 12).

⁶ Trata-se da Escola Professor Alfredo Dub, localizada em Pelotas.

3.2 Metodologia

O Mestrado Profissional é uma modalidade de mestrado criada pela CAPES em 16 de dezembro de 1998, pela Portaria nº 080, com a finalidade de atender às necessidades de profissionais que já atuam no mercado de trabalho e desejam qualificar-se profissionalmente. O objetivo e a forma de condução do curso são orientados para o estudo e a solução de problemas existentes no ambiente organizacional. A formação do discente do Mestrado Profissional é feita em serviço, pois é para nele atuar que esse profissional busca tal qualificação. Por esses aspectos, a clientela é majoritariamente formada por profissionais experientes que, ao buscarem continuidade na sua formação, compartilham com seus pares a aprendizagem construída e contribuem positivamente com os seus espaços de inserção profissional.

Em relação ao trabalho final do Mestrado Profissional e de modo coerente com os pressupostos dessa modalidade de estudo, espera-se que o mestrando apresente um relato crítico-reflexivo do desenvolvimento de uma proposta de ação profissional que possa ter, de modo mais ou menos imediato, impacto no sistema em que atua.

O presente projeto de intervenção foi desenvolvido, então, em uma abordagem qualitativa de cunho interventivo. O enfoque qualitativo é utilizado para atender a temas que demandam mais do que aspectos quantitativos para serem compreendidos. Esses temas referem-se a fenômenos cuja análise de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes pode contribuir para a sua compreensão. De acordo com Minayo (2007, p. 37), “a pesquisa qualitativa estimula os sujeitos a pensar livremente sobre um tema, conceito e abre espaço para interpretações de suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada”.

Nesse sentido, é preciso considerar as ações de descrever, analisar, interpretar, explicar/compreender características empíricas, visíveis e evidentes em algum momento, sendo, também, necessário considerá-las como interfaces de processos complexos, multidimensionais, não estáticos, investidos de interesses, de motivações e de significados diversos (VASCONCELOS, 2002).

Desse modo, o trabalho de campo foi proveitoso para auxiliar na compreensão: do que estava acontecendo no contexto particular investigado; dos significados que possuíam as ações para os atores que participavam delas no momento em que aconteceram; dos padrões de organização social e princípios culturalmente aprendidos na vida cotidiana e de que maneira eles estavam presentes nos participantes; e da relação do que estava acontecendo no contexto de inserção em relação ao contexto mais amplo.

A formação continuada de professores, tal como eu a percebo, demanda que nela seja utilizada, como ponto de partida, a prática dos participantes. Para tanto, estabeleci que o objetivo específico desse projeto apontasse para a necessidade de identificar, descrever e analisar as práticas educativas dos sujeitos envolvidos. Esse projeto de intervenção objetivou, também, atender a uma demanda do grupo, sendo desenvolvido, assim, em uma ação conjunta que partiu da necessidade da atuação dos profissionais que nele participam.

O projeto foi composto por ações que visavam a intervir no contexto em que se desenvolveu. Ao caracterizar-se como uma pesquisa de cunho interventivo, ela lida com alguns aspectos básicos que configuram e embasam a abordagem metodológica adotada. Conforme Damiani, nesse tipo de pesquisa, deve-se estimular:

as interferências (mudanças, inovações) propositadamente realizadas por professores/pesquisadores em suas práticas pedagógicas. Tais interferências são planejadas e implementadas com base em um determinado referencial teórico e objetivam promover avanços, melhorias, nessas práticas, além de pôr à prova tal referencial, contribuindo para o avanço do conhecimento sobre os processos de ensino/aprendizagem neles envolvidos. (DAMIANI, 2012, p. 3).

As ações foram planejadas no sentido de assegurar a viabilidade do objetivo geral, assim como, ao observar metodologicamente o contexto analisado e considerar a minha inserção profissional na área da educação de surdos e na atuação como gestora, pude perceber a necessidade de promover ações concretas quanto ao atendimento qualificado que considere a diferença linguística do grupo de alunos inseridos na escola na qual o projeto foi realizado.

3.3 Planejamentos das ações

Embasando-me na revisão da bibliografia sobre o tema, realizada na primeira etapa desse processo, planejei, executei e avaliei um plano de ação a fim de atender ao objetivo do projeto. No que se refere à avaliação, Moura e Barbosa (2006) percebem que a complexidade do plano de avaliação de um projeto depende do tipo da abrangência e dos objetivos a que se propõe.

O meu planejamento inicial foi sendo modificado de acordo com o percurso e depois de ter sido analisado e comentado pela banca de qualificação, que contribuiu muito para o planejamento das ações. A ideia inicial era a criação de um espaço formativo em que a professora de LIBRAS e o intérprete, sujeitos da pesquisa, pudessem participar e multiplicar os conhecimentos, dúvidas e interações, mas, posteriormente, o objetivo da intervenção foi

sendo delineado para promover a organização e o acompanhamento de um ambiente bilíngue que propiciasse uma cultura de formação com a perspectiva bilíngue. Percebi a necessidade de ampliar a proposta e oferecê-la para todos os professores da escola, porém, ao analisar os instrumentos de avaliação, escolhi, no grupo, uma determinada amostra, acreditando que dessa forma poderia acompanhar e avaliar o percurso de um modo mais adequado.

Assim, como forma de organizar as ações, optei por promover reuniões e oficinas de práticas bilíngues. As oficinas são comumente utilizadas nos cursos de formação para intérpretes, sobretudo para o aprendizado das técnicas de interpretação. A revisão bibliográfica sobre o tema e sobre o modo de planejar essa proposta aponta para a necessidade de vivenciar situações práticas, que são da atribuição do intérprete ou do professor que ensina a LIBRAS, nas quais, em muitos momentos, é imprescindível a mediação do profissional que tem formação plena na área. Conforme Lodi, Rosa e Almeida (2012), um dos princípios do trabalho nas oficinas de LIBRAS era (e continua sendo) a realização de práticas que considerassem a LIBRAS em sua dinâmica discursiva: “a língua em sua integridade concreta e viva” (BAKHTIN apud LODI; ROSA; ALMEIDA, 2012, p. 10).

Também nessa perspectiva, Paviani e Fontana (2009) indicam que as oficinas atendem à articulação de conceitos, pressupostos e noções com as ações concretas, vivenciadas pelo participante ou aprendiz, e, também, com a vivência e a execução de tarefas em equipe, como a apropriação ou construção coletiva de saberes. Segundo Ander-Egg (apud FIGUEIRÊDO *et al.*, 2003, p. 4), “a oficina é um âmbito de reflexão e ação no qual se pretende superar a separação que existe entre a teoria e a prática, entre conhecimento e trabalho e entre a educação e a vida”.

Essas informações básicas apontaram para pensar a estrutura do plano de ação, sendo o espaço das oficinas um dos instrumentos utilizados. O plano de ação teve sua execução iniciada em setembro de 2013 e finalizada em dezembro de 2014, e foi realizado por meio de oficinas, reuniões e visitas.

Apresento, a seguir, o quadro com o plano de ações, estruturado segundo as etapas do diagnóstico da intervenção e as etapas das ações da intervenção.

Quadro 2 – Ações do diagnóstico da intervenção

MÊS/ ANO	AÇÃO	OBJETIVO	JUSTIFICATIVA	METODOLOGIA	AVALIAÇÃO/ INSTRUMENTOS
Set/ 2013	1 - Reunião para a apresentação da proposta do PI na SMED/Jaguarão. 2 - Parceria no PI com o professor de LIBRAS surdo. 3 - Reunião com a coordenação do curso de Letras UNIPAMPA.	Identificar, descrever, analisar e compreender as percepções e práticas educativas dos professores bilíngues e intérpretes com os alunos surdos da escola em questão.	A falta de profissionais com formação, impossibilitando o preenchimento de vagas, e as políticas educacionais para a educação de surdos, que não atendem à demanda da escola em que frequentam alunos surdos na inclusão, foram motivos que contribuíram para pensar em uma ação que aproximasse as instituições educacionais do município de Jaguarão.	Reunião para explicar o PI e para abrir espaço aos relatos sobre o contexto educacional dos surdos na escola e, logo após, encaminhamentos.	Análise dos relatos orais, e diário de campo.
Out/ 2013	1 - Visita à escola Castelo Branco para a apresentação do PI. 2 - Reunião com os intérpretes e alunos surdos para a identificação das dificuldades no trabalho de interpretação e nas vivências em sala de aula na escola.	Identificar, descrever, analisar e compreender as percepções e práticas educativas dos intérpretes com os alunos surdos da escola em questão.	As duas ações contribuem para o diagnóstico educacional, de modo a planejar as ações na escola dos alunos surdos, permitindo conhecer melhor o contexto e as questões que colocam em situação de fragilidade o ensino e a aprendizagem dos alunos surdos.	Reunião-visita para troca de experiências, organizada da seguinte forma: no primeiro momento, relato do projeto e respectivas ações; no segundo momento, conhecer e conversar com o grupo de alunos e intérpretes informalmente.	Análise do relato oral dos sujeitos da pesquisa a partir de filmagens e de anotações no diário de campo.
Nov/ 2013	1 - Oficina de relatos de experiências sobre as práticas entre os intérpretes de LIBRAS de Pelotas/5ª CRE e Jaguarão/SMED, e, igualmente, entre os professores de LIBRAS, surdo e ouvinte, de Jaguarão.	Identificar, descrever, analisar e compreender as percepções e práticas educativas dos professores bilíngues e intérpretes com os alunos surdos da escola em questão.	Idem à ação anterior.	Oficina para troca de experiências, organizada da seguinte forma: no primeiro momento, relato do professor surdo e dos intérpretes de LIBRAS sobre seus trabalhos e percepções; no segundo momento, discussão e trocas entre os profissionais.	Análise da entrevista com a professora ouvinte de LIBRAS, dos relatos orais dos sujeitos, com filmagem, e de anotações no diário de campo.

Dez/ 2013	<p>1 - Reunião com todos os professores dos alunos surdos, a professora de LIBRAS e a coordenadora da escola.</p> <p>2 - Participações do profissional do AEE e, também, da coordenadora da escola, em Jaguarão, no curso de intérprete de LIBRAS - 5ª CRE/SEDUC.</p>	<p>Identificar, descrever, analisar e compreender as percepções e práticas educativas dos professores, incluindo especialmente o professor ouvinte de LIBRAS com os alunos surdos da escola.</p> <p>Contribuir para a formação dos profissionais que trabalham com sujeitos surdos nos anos iniciais no município de Jaguarão.</p>	<p>Complementar o diagnóstico para o PI.</p> <p>Sugestão de encaminhamentos das práticas educacionais dos professores e intérpretes com os alunos surdos na escola.</p> <p>Necessidade de uma pessoa para organizar e contribuir em futuras formações na escola e no município.</p> <p>A indicação da professora e coordenadora da escola será uma articulação para dar suporte à política que será implementada, tendo um profissional que pertença às duas redes.</p>	<p>História de vida do professor surdo.</p> <p>Troca de experiências e vivências em sala de aula pelos professores dos alunos surdos.</p> <p>Curso de intérprete de 360h, com aulas duas vezes por semana, sexta e sábado, em Porto Alegre, e estágio de 40h na escola do PI.</p> <p>Início com dois primeiros encontros em dezembro, reinício em março, indo até outubro de 2014.</p>	<p>Diário de campo.</p> <p>Estruturar formação atividades na escola.</p> <p>Acompanhamento do curso professores da Universidade que ministrou e 5ª CRE.</p> <p>Certificado de conclusão emitido por instituição promotora – SEDUC – e Universidade de Porto Alegre.</p>
Fev/ 2014	<p>1 - Estruturação do projeto de LIBRAS em parceria com o professor surdo e a intérprete de LIBRAS da UNIPAMPA.</p>	<p>Contribuir para a formação dos profissionais que trabalham com sujeitos surdos nos anos iniciais no município de Jaguarão e familiares.</p>	<p>Existe a necessidade de difundir a LIBRAS nas escolas em que frequentam alunos surdos nos níveis I, II e III e produzir materiais didáticos e pedagógicos em LIBRAS para o uso dos profissionais e alunos.</p>	<p>Cursos de LIBRAS nos níveis I, II e III, ministrados pelo professor da UNIPAMPA, estruturados em oficinas, encontros semanais e grupos de vinte pessoas.</p> <p>Oficinas ministradas para a produção dos materiais didáticos e pedagógicos em LIBRAS junto ao grupo de professores, auxiliados pelos alunos da graduação.</p>	<p>Acompanhamento das ações, e certificação pela instituição de ensino.</p>
Mar/ 2014	<p>1 - Contratação de professor surdo na escola estadual de Piratini para ministrar LIBRAS.</p>	<p>Contribuir para a formação dos profissionais que trabalham com sujeitos surdos nos anos iniciais no município e familiares.</p>	<p>Foi incluída como ação no PI porque desdobramentos em outros municípios começaram a acontecer durante a intervenção em Jaguarão. Intuito de organizar o ambiente bilíngue nas escolas em que frequentam alunos surdos.</p>	<p>Oficinas de formação realizadas às segundas-feiras pela equipe de assessores da educação especial e inclusiva da 5ª CRE em Pelotas.</p>	<p>Anotações no diário de campo e filmagens para serem analisadas.</p>

Mai/ 2014	1 – Encaminhamento do projeto para o curso de LIBRAS, de 180h, de acesso público, tendo como alvo profissionais das salas de recursos/AEE e professores de surdos das escolas da região da 5ª CRE.	Contribuir para a formação dos profissionais que trabalham com sujeitos surdos nos anos iniciais, finais e médios.	Formação destinada a profissionais das salas de recursos do AEE. A proposta vai assegurar a formação da coordenadora pedagógica da escola em que acontece a intervenção, pois a profissional pertence às duas redes, municipal e estadual, assegurando uma ação em parceria.	Curso, em Pelotas, de 180h, ministrado por professores surdos e estruturado em forma de oficina para o ensino da LIBRAS.	Verificação da fluência na LS de cada aluno/ professor durante as atividades, e participação no esquete teatral em LIBRAS. Certificado emitido pela 5ª CRE.
Jun- Jul/ 2014	1 - Início das visitas aos municípios com alunos surdos incluídos.	Identificar, descrever, analisar e compreender as percepções e práticas educativas dos professores, incluindo, especialmente, os, professores surdo e ouvintes de LIBRAS com os alunos surdos da escola.	Foi incluída como ação no PI e no projeto de extensão do professor surdo da UNIPAMPA/ Jaguarão porque desdobramentos em outros municípios começaram a acontecer durante a intervenção em Jaguarão e, também, devido ao curso de LIBRAS de 180h em Pelotas. Intuito de organizar o ambiente bilíngue nas escolas em que frequentam alunos surdos.	Visita mensal e/ou quinzenal aos municípios de Piratini e São Lourenço do Sul para acompanhar e organizar o ambiente bilíngue nesses locais.	Anotações no diário de campo e filmagens para serem analisadas.
Ago- Set- Out- Nov/ 2014	1 - Início do curso de LIBRAS de 180h para profissionais do AEE da região de abrangência da 5ª CRE, que inclui os profissionais do AEE de Jaguarão.	Contribuir para a formação dos profissionais que trabalham com sujeitos surdos nos anos iniciais no município de Jaguarão.	O curso será uma das ações do PI, devido à demanda de profissional no município com formação e fluência em LIBRAS e conhecimento na área da educação de surdos. A coordenadora pedagógica foi indicada para o curso como profissional do AEE e, também, por pertencer às redes públicas municipal e estadual.	Curso estruturado em forma de oficinas pedagógicas de LIBRAS.	Verificação da fluência na LS de cada aluno/ professor durante as atividades, e participação no esquete teatral em LIBRAS. Certificado emitido pela 5ª CRE.
Out- Nov/ 2014	1 - Oficinas de práticas bilíngues em escola estadual de São Lourenço do Sul.	Contribuir para a formação dos profissionais que trabalham com sujeitos surdos nos anos iniciais no município de São Lourenço do Sul.	Reuniões e oficinas para pais e professores dos alunos surdos da escola, solicitação da professora do AEE participante do curso de LIBRAS 180h. Escola foi incluída no projeto de extensão do professor de LIBRAS da UNIPAMPA,	Oficina para troca de experiências, organizada da seguinte forma: no primeiro momento, conversa com os pais dos alunos surdos sobre as experiências de vida dos dois professores surdos e perspectivas futuras;	Anotações no diário de campo e filmagens para serem analisadas.

			campus Jaguarão.	no segundo momento, discussão e trocas com os profissionais da escola. Oficinas organizadas em três encontros, nos turnos da manhã e da tarde, sempre, em um primeiro momento, com os pais e, em um segundo momento, com os professores.	
Dez/ 2014	1 - Encontro com o professor de LIBRAS ouvinte e a equipe diretiva, que trabalham diretamente com os sujeitos surdos na escola.	Contribuir para a formação dos profissionais que trabalham com sujeitos surdos nos anos iniciais no município de Jaguarão.	Encaminhamento das práticas educacionais dos professores e intérpretes com os alunos surdos na escola para 2015, no projeto de extensão.	Oficina de prática de educação bilíngue.	Entrevistas semiestruturadas, construção da linha do tempo e registro no diário de campo.
	2 - Reunião com as famílias dos alunos surdos da escola de Jaguarão.	Planejar, desenvolver e oportunizar oficinas de práticas educacionais bilíngues.	Pensar momentos de participação da família junto à escola para colaborar na aprendizagem dos alunos surdos.	Reunião para identificar as necessidades e as principais dúvidas quanto à aprendizagem de seus filhos surdos e acrescentar isso no projeto de extensão em 2015, e organização de um grupo de trabalho para discussão com as instituições públicas de ensino, oficializada em ata na escola.	Organização de um grupo de trabalho para discussão com as instituições públicas de ensino.
	3 - Reunião com professores, intérpretes e equipe diretiva da escola de Jaguarão. Língua de sinais e educação bilíngue na comunidade surda.	Planejar, desenvolver e oportunizar oficinas de práticas educacionais bilíngues.	Aprofundamento dos professores e intérpretes para o trabalho com os alunos surdos na escola.	Oficina de práticas de educação bilíngue. Assunto: língua de sinais e educação bilíngue na comunidade surda.	Entrevistas semiestruturadas com uma amostra de sujeitos.

Fonte: Elaborado pela autora.

Observando o quadro das ações, é possível obter uma visão de todo o projeto de intervenção e, assim, perceber as etapas executadas.

3.4 Descrição e execução das ações

- Ação 1

Ação: Reunião para a apresentação da proposta do PI na SMED/Jaguarão.

Resultados: Os gestores municipais perceberam que a proposta principal do projeto de intervenção no Mestrado Profissional estava a serviço de uma educação inclusiva dentro da escola, respeitando as diferenças linguísticas e culturais existentes.

Descrição da ação

Em setembro de 2013, foram realizadas as três primeiras ações. Assim, apresentei a proposta do projeto por meio de uma exposição dialogada na SMED/Jaguarão. Os gestores presentes na reunião eram a secretária da educação, a secretária adjunta e a coordenadora da educação especial. Além disso, foram justificados os motivos que levaram à escolha da escola Castelo Branco, no município de Jaguarão. Na ocasião, destaquei o contato realizado pela secretária da educação do município, em 2012, com a 5ª CRE, solicitando parceria entre as duas instâncias, municipal e estadual, de educação. Na época, aconselhei primeiramente a contratação de intérpretes e a realização de cursos de LIBRAS. Já em 2013, as atividades da SMED/Jaguarão nesse segmento haviam avançado, pois foram realizados contratos de mediadores de comunicação e um curso básico de LIBRAS. Porém, os familiares dos alunos novamente procuraram a SMED/Jaguarão, tendo em vista que ainda encontravam muitas dificuldades na comunicação com os seus filhos e, também, percebiam que na escola os alunos não estavam se alfabetizando. Como resultado dessa nova reunião, foram marcados encontros quinzenais com os pais dos alunos e com a SMED/Jaguarão, realizados na escola Castelo Branco – que é considerada referência na inclusão de alunos surdos na cidade. Esse era, pois, o contexto educacional quando apresentei a proposta de intervenção.

Diante de tal contexto, encaminhei, juntamente com os gestores da SMED da cidade, a permissão para procurar a escola e realizar um diagnóstico da realidade, a fim de construir os próximos passos que seriam realizados durante a intervenção⁷. Também me informei sobre a possibilidade de manter contato permanente com a escola, levando em conta a sugestão de uma parceria entre o curso de Letras da UNIPAMPA/Jaguarão e o novo professor surdo dessa instituição. Assim, aproveitando-me da minha condição de aluna e pesquisadora do Mestrado Profissional na UNIPAMPA e, também, como gestora na educação especial e inclusiva da 5ª CRE, com o intuito de aproximar as duas instituições públicas de ensino envolvidas – a UNIPAMPA e a escola Castelo Branco –, propus a possibilidade da participação do professor

⁷ O termo de autorização para a realização da pesquisa de intervenção, assinado pela Secretária da Educação de Jaguarão, consta no Anexo A.

de LIBRAS do curso de Letras da UNIPAMPA/Jaguarão no âmbito do meu PI. A secretária de educação acolheu essa proposta com bastante interesse, tanto que solicitou a participação do professor na próxima reunião, o que foi, então, atendido.

- Ações 2 e 3

Ações: Parceria entre o curso de Letras da UNIPAMPA/Jaguarão, firmada pelo professor surdo da Universidade, e a escola de Jaguarão que atende alunos surdos.

Resultados esperados: Planejar ações em conjunto para 2014 e contemplar o objetivo específico do PI.

Descrição das ações

Após a reunião com os gestores da SMED/Jaguarão, entrei em contato com o professor de LIBRAS da UNIPAMPA e combinamos uma reunião com o coordenador do curso de Letras, realizada na semana seguinte. Nessa reunião, discutimos a viabilidade de estruturar um projeto de extensão de LIBRAS na escola da intervenção. Assim sendo, o coordenador do curso explicou quais os procedimentos necessários para propor um projeto de extensão e a sua abrangência. Os motivos que contribuíram para pensar uma ação que aproximasse as instituições educacionais do município de Jaguarão foram levantados mediante a falta de profissionais com formação adequada para atuarem nessa área no município, impossibilitando o preenchimento de vagas que as políticas educacionais preveem para a educação de surdos, pois os profissionais contratados não conseguem atender à demanda das escolas nas quais frequentam alunos surdos na inclusão.

No primeiro momento, entre a pesquisadora, o professor, o coordenador e a bolsista da UNIPAMPA presentes na reunião, organizamos um grupo com o intuito de visitar a escola Castelo Branco. A reunião entre a pesquisadora e o professor surdo de LIBRAS foi um passo importante levando em conta a história dos surdos no município, mas, naquele momento, não consegui ter a visão ampla do contexto, o que foi acontecer apenas com a primeira intervenção. Nas leituras realizadas, percebi o mesmo movimento no texto de Padilha (2010), que alega, acerca do contexto de ensino de crianças surdas na rede municipal de educação da cidade de Piracicaba/SP, que:

graças a uma parceria entre Universidade e Secretaria Municipal de Educação Especial, formaram-se equipes escolares capazes de atuar adequadamente com alunos surdos (intérpretes de LIBRAS/português, educadores surdos, auxiliares de pesquisa e pedagoga especialista em educação de surdos), além de cursos de LIBRAS para todos os profissionais da escola e país. Pode-se dizer que se trata de

escolas bilíngues, onde, sem dúvida, ganham os alunos ouvintes e os surdos: adquirem conhecimentos e novas referências sociais. (PADILHA, 2010, p. 115).

Diante do exposto, trazer para a discussão um outro modelo de organização dos profissionais que trabalham no ensino bilíngue significa acrescentar possibilidades às nossas reflexões entre a escola, A UNIPAMPA e a SMED/Jaguarão, algo que se beneficia, também, com a constituição de um grupo que trabalha na escola e com a escola em prol das aprendizagens com pessoas capazes de multiplicar a discussão e difundir a cultura de formação e ensino bilíngues.

- Ação 4

Ação: Visita à escola para apresentação do PI e conversa com alunos surdos e intérprete para identificação das dificuldades encontradas nas práticas da escola.

Resultados esperados: Levantamento de informações sobre as práticas educativas e de interpretação para surdos nessa escola.

Descrição da ação

A quarta ação foi a visita à escola Castelo Branco, em que estavam presentes a pesquisadora, o professor surdo de LIBRAS, o coordenador de Letras da UNIPAMPA e a bolsista do projeto de extensão. Primeiramente, a conversa foi com a equipe diretiva, para prestar esclarecimentos quanto ao projeto. Logo após, houve a conversa com a equipe diretiva, quando fomos conhecer os alunos e a intérprete que estava trabalhando no dia da visita. O encontro com os alunos foi na sala da secretaria da escola⁸. Entraram na sala quatro meninos e uma menina, juntamente com a mediadora de comunicação. No primeiro momento, todos estavam inibidos, porém sorridentes. Quando o professor surdo começou a conversar em LIBRAS, os sorrisos ficaram largos no rosto de cada um ao perceberem que se tratava de um adulto surdo, e foram então ficando mais à vontade, com exceção de um aluno cujo olhar parecia distante. O professor surdo sinalizou o seu nome e o seu sinal⁹, e perguntou se eles já tinham sinais próprios e se sabiam usar a datilologia¹⁰ para escrever seus nomes.

⁸ Foi produzido um vídeo dessa reunião com os alunos, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=b-Z-4iBboFs>>.

⁹ O sinal é formado a partir da combinação do movimento das mãos com um determinado formato (que chamamos configuração de mãos de LIBRAS), em um determinado lugar, podendo esse lugar ser uma parte do corpo ou espaço em frente ao corpo. O sinal dito como sendo do professor é um modo particular de referência, adotada unicamente para esse professor, que remete à pessoa dele.

¹⁰ Para o alfabeto manual, a língua escrita serve de base para as palavras serem digitadas através das mãos. A datilologia é utilizada para soletrar nomes de pessoas, ruas, objetos ou palavras que não possuem sinais.

Assim, informalmente, começamos a conversar, mas seus sinais misturavam-se com gestos caseiros ou criados entre eles e a mediadora de comunicação, o que não foi nenhuma surpresa, pois, conforme estudos de Adriano:

os sinais caseiros emergem entre familiares de pessoas surdas e são convencionados entre eles (pais ouvintes e filhos surdos). Esses sinais apresentam um caráter emergencial, no sentido de que surgem em um estado de crise comunicativa em um contexto familiar em que pais ouvintes não conhecem a língua de sinais, nem a criança surda tem conhecimento da língua oral (nesse contexto, o português) de seus pais. (ADRIANO, 2010, p. 33).

A ansiedade dos alunos surdos era grande; todos queriam sinalizar, falar sobre assuntos de suas vidas, de modo que, olhando de fora, a nossa conversa parecia não ter nenhum sentido. A sequência das falas era descontextualizada e um interferia na conversa do outro, tentando se explicar. Custamos a identificar o que estavam tentando sinalizar, e no mesmo instante veio-me a lembrança de meus alunos surdos da Educação de Jovens e Adultos, na qual fui alfabetizadora, e também das crianças surdas da escola Alfredo Dub quando estavam no período de aquisição da língua de sinais. Então, diante das situações vivenciadas por mim anteriormente, consegui ajudar o professor surdo a identificar determinados sinais.

Na conversa, um dos alunos surdos relatou que tinha uma irmã surda, que estudava em Pelotas e de quem sentia muita saudade, ao mesmo tempo em que outro aluno sinalizava situações vivenciadas no futebol da escola. Nesse momento, a diretora explicou que os dois meninos, de nove e dez anos, eram ótimos jogadores de futebol. Então o professor surdo explicou aos alunos o motivo da nossa visita e o que pretendíamos junto a eles. Combinamos visitas mais frequentes.

Aquele momento foi muito importante, tanto para a pesquisadora quanto para o professor surdo, pois tenho acompanhado crianças surdas em diferentes experiências de aquisição da linguagem e alfabetização em contexto de escola específica de surdos e a situação de ensino e aprendizagem em que estavam os alunos surdos da escola na qual aconteceu a intervenção era, no meu ponto de vista, completamente diferente. Isso trouxe novos desafios para a minha prática de pesquisa e aumentou a vontade de transformar aquela realidade que as crianças surdas estavam vivendo – e igualmente para o professor de LIBRAS, que afirmou o seguinte: “fiquei muito emocionado com os alunos, vou organizar um projeto no curso de Letras da UNIPAMPA para o ensino de LIBRAS na escola, quero ajudar esses alunos surdos. Estou impressionado como ainda existem surdos que não têm contato com a comunidade surda, como deveria acontecer por direito”.

- Ação 5

Ação: Reunião para relatos e socialização de experiências da prática dos intérpretes e da professora de LIBRAS.

Resultados esperados: Identificação das dificuldades encontradas e uso de estratégias para planejar as ações da intervenção.

Descrição da ação

O encontro aconteceu no mês de outubro de 2013 e estavam presentes os seguintes profissionais: a pesquisadora, o professor surdo, a intérprete da 5ª CRE, a professora de LIBRAS ouvinte e o mediador de comunicação da escola.

A proposta do encontro foi uma conversa sobre a realidade e as condições de trabalho dos profissionais envolvidos que atendem os alunos surdos da escola. No primeiro momento, conversamos com os profissionais apenas, uma vez que os alunos estavam no pátio da escola. Quando nos viram, sinalizaram questionando por que demoramos tanto tempo para voltar, apesar de termos retornado exatamente quinze dias após a última reunião. Na sequência, mostrei aos alunos e demais presentes um vídeo da escola de surdos no município de Pelotas. Os alunos surdos ficaram admirados; um deles, por exemplo, perguntou se eram todos surdos e se sabiam ler e escrever. Percebi naquele momento o quanto o aluno estava incomodado por não conseguir ler e desejava aprender. Depois de um tempo de conversa, os alunos foram para a sala de aula.

Assim sendo, essa fase do PI teve por objetivo identificar os conhecimentos da professora ouvinte de LIBRAS da escola acerca da língua de sinais e de suas atividades e relação com os alunos surdos nos dias de aula e, no caso do mediador de comunicação, saber sua formação para esse trabalho e como ele vê a relação dos professores com os alunos surdos durante suas aulas. Na conversa iniciada com o mediador de comunicação, perguntei se tinha frequentado algum curso para intérprete ou realizado a PROLIBRAS, e sua resposta foi a seguinte: “não, ele [o curso] era só pra LIBRAS, para a comunicação mesmo... De intérprete mesmo eu não tenho”. Em seu relato, explicou como aconteceu a sua formação e como aconteceu o processo de formação do grupo de alunos com o qual trabalhava na escola. Contou sua história e a vontade de continuar nessa área, uma vez que estava cursando Letras na UNIPAMPA – inclusive o professor surdo dessa instituição, que acompanhou o PI, apontou para a possibilidade de conseguirem realizar uma ação de extensão juntos na escola futuramente. Mas o mediador de comunicação falou que talvez não conseguisse permanecer

muito tempo na função de mediador, devido às condições de trabalho e remuneração. Cabe ressaltar que o ingresso no município dos profissionais que prestassem serviço aos alunos surdos se dava na função de cuidador, conforme fui informada naquele encontro.

O relato da professora ouvinte de LIBRAS da escola foi semelhante ao do mediador. A professora comentou o seguinte: “fiz mais de um curso de LIBRAS na Associação de Surdos de Pelotas e fiquei com formação nos três níveis. Sei que um curso praticamente básico é pouco para o ensino das LIBRAS para os alunos”. Quanto à sua prática educacional com os alunos, ela alegou que a carga horária de aulas era muito reduzida, especialmente para os alunos surdos dos anos iniciais: “[os alunos] precisam muito de LIBRAS, somente duas vezes na semana é pouco”. Além disso, ela afirmou que necessita distribuir sua carga horária de 20h para ministrar a disciplina de LIBRAS a todas as turmas do primeiro ao nono ano da escola, e que seu exercício seria dificultado caso a carga horária da disciplina aumentasse e todo o trabalho tivesse que ser realizado por ela.

No âmbito desse PI, as dificuldades apresentadas pela professora foram relevantes, porém não justificavam a realidade dos alunos surdos de 9 a 12 anos que não tinham os seus direitos de acesso à sua primeira língua assegurados. Para Stumpf (2009, p. 427), “a educação bilíngue é vista não apenas como uma necessidade para os alunos surdos, mas sim como um direito”. Portanto, mesmo com a situação organizacional precária daquela escola, existia o conhecimento, por parte dos professores e da direção, da importância da aquisição da primeira língua na infância – ou seja, da educação bilíngue –, direito esse que é assegurado legalmente, mas que não vinha sendo cumprido pela instituição.

- Ação 6

Ação: Reunião e oficina com todos os professores da escola, professora ouvinte de LIBRAS e equipe diretiva.

Resultados esperados: Complementar o diagnóstico para o PI e fazer com que os professores se sintam à vontade para relatarem todas as necessidades, dificuldades e

avanços no ensino e na aprendizagem dos alunos surdos.
--

Descrição da ação

Ação realizada nos dois turnos com os professores das turmas frequentadas por alunos surdos. A metodologia utilizada foi a oficina, contando, no primeiro momento, com uma exposição dialogada da proposta da intervenção e um relato da história de vida do professor surdo e, no segundo momento, com a abertura do espaço para os relatos dos professores e seus desafios no trabalho em sala de aula com os alunos surdos. Destaquei excertos de falas de duas professoras, apresentados a seguir:

Estou preocupada com a escrita dos alunos. Precisamos de orientações de como avaliar. Logo, logo, esse grupo virá para nós... (Excerto da fala da professora de Português).

Sou professora do aluno surdo do quarto ano e ele está muito bem esse ano, sempre a intérprete ajuda ele... (Excerto da fala da professora do quarto ano).

No final do encontro, foram solicitadas uma avaliação, sendo os registros realizados por filmagens e no diário de campo, e as propostas de ações de acordo com a necessidades do grupo. Desse material, selecionei excertos das falas de duas professoras referentes à avaliação do encontro:

Na minha opinião, acho que devem acontecer mais reuniões como essa. Precisamos saber mais, ficamos muito sem saber se estamos agindo corretamente. (Excerto da fala do professora de Espanhol).

Acho que devemos chamar a SMED para participar nas próximas reuniões. (Excertos da fala da professora de LIBRAS).

- Ação 7

Ação: Curso de intérprete de LIBRAS promovido pela 5ª CRE/SEDUC e participação da coordenadora da escola de Jaguarão.

Resultados esperados: Que a coordenadora da escola/funcionária da rede estadual e municipal sinta-se desafiada pela proposta formativa e reflita sobre a educação de surdos

no município de Jaguarão, pondo-se a serviço de uma educação inclusiva dos surdos dentro da escola.

Descrição da ação

O curso de intérprete foi uma ação da SEDUC/5ª CRE para suprir a necessidade de intérpretes no estado. Foi solicitada a cada coordenadoria a indicação de no máximo dois profissionais das salas de recursos. Na época, estavam sendo planejadas as ações para a intervenção, então indiquei a professora/coordenadora da escola em Jaguarão.

Para concluir esse curso de intérprete, a professora precisava realizar um estágio em seu ambiente de trabalho. Assim, ela cumpriu o estágio de 40h na escola Castelo Branco, onde é também coordenadora, sendo que boa parte dessa formação consistira em contar histórias, em LIBRAS, para os alunos surdos da escola.

Essa ação foi realizada pensando em dar suporte estrutural e pedagógico para a política educacional na educação de surdos por meio de formação para um profissional que pertence às redes municipal e estadual de educação em Jaguarão. Era necessária uma pessoa para organizar e contribuir em futuras formações na escola e no município, papel que foi cumprido pela coordenadora da escola, que, em turno inverso, é também professora da AEE em outra escola do estado. Assim, pensando em ações futuras, haveria um ganho para as duas redes através da formação dessa profissional. Mas, é importante ressaltar que no grupo não existia nenhuma profissional que preenchesse os requisitos necessários para participar do curso, pois não tinham a formação básica no ensino bilíngue de surdos.

O estágio, na sua última etapa, foi acompanhado pela assessoria da educação especial na escola Castelo Branco, mediante orientação repassada pela SEDUC. No final, a aluna/professora de AEE/coordenadora precisou enviar um relatório do estágio para a Universidade que ministrou o curso, sendo aprovada.

- Ação 8

Ação: Reunião para a estruturação do projeto de extensão de LIBRAS em parceria com o PI.

Resultados esperados: Que o projeto de extensão consiga ser o desdobramento do PI,

sendo um espaço de pesquisa e investigação para acompanhar a evolução da organização do espaço bilíngue nas escolas em que forem realizadas as intervenções.

Descrição da ação

No mês de janeiro de 2014, aconteceu a primeira reunião para a elaboração do projeto de extensão entre o professor surdo, a pesquisadora e a intérprete de LIBRAS que acabava de assumir o cargo na UNIPAMPA. Na reunião, conversamos como seria a nossa proposta diante do contexto educacional vivenciado nos últimos meses. Debatemos temas como a necessidade de difundir o ensino da LIBRAS na escola nos níveis I, II e III e a produção de materiais didáticos e pedagógicos em LIBRAS para o uso dos alunos e professores, bem como as formações específicas com os pais dos alunos. Na ocasião, as falas dos professores explicitavam a necessidade de formação pedagógica e didática na educação de surdos, a exemplo da fala do professor de matemática, que disse: “me preocupo em como avaliar a aluna [surda]. Ela sabe matemática, mas não tem realizado as atividades. Ela anda dispersa ultimamente, parece que deseja imitar seus colegas, não realizando suas atividades”. A professora de português expressara o seguinte: “estou preocupada com a escrita da aluna [surda]. Precisamos de orientações de como avaliá-la”. Considerando os aspectos desse contexto, pareceu-nos apropriada a ideia de confeccionar materiais didáticos para o ensino e a aprendizagem de LIBRAS na escola. Essa medida teve como objetivo principal promover a pedagogia visual dos alunos surdos, pois, para a pessoa surda, conforme aponta o relatório do grupo de trabalho do MEC/SECADI, Portarias nº 1.060 e nº 91:

[a] pedagogia visual, o jeito surdo de ensinar e aprender requer o ensino por imagens de forma que o conhecimento visual lhe seja acessível, inclui as imagens como sendo as geradas em gravuras: Power Point, fotografias, desenhos, filmagens; cenas de teatro, dramatizações, contação de histórias em língua de sinais, literatura surda etc. (BRASIL, 2014, p. 13).

Contudo, percebemos o quanto a escola precisava também avançar em relação à estrutura física e aos recursos humanos. Conseqüentemente, a formação e demais desafios na organização do ambiente precisou acontecer paralelamente às oficinas realizadas nas reuniões, pois, embora se reconheça que a formação dos profissionais que trabalham com os alunos surdos seja imprescindível, outras medidas são necessárias para a organização do ambiente escolar bilíngue de modo a dar conta de uma política educacional em que a comunidade surda acredita e pelo qual luta.

Portanto, essa ação resultou em um projeto de extensão vinculado à disciplina de LIBRAS do curso de Letras da UNIPAMPA/Jaguarão, o qual vai possibilitar aulas de

LIBRAS e criação de materiais didáticos pedagógicos em LIBRAS para os professores e alunos.

- Ação 9

Ação: Curso de LIBRAS de 180h para professoras das salas de recursos e sujeitos do projeto de intervenção.

Resultados esperados: Ampliação do conhecimento dos professores das salas de recursos multifuncionais acerca da LIBRAS, da cultura e da comunidade surda e multiplicação dos conhecimentos adquiridos no curso, especialmente nos ambientes em que existem alunos surdos, como em Jaguarão.

Descrição da ação

A realização dessa ação foi uma das ações fundamentais para a concretização do objetivo dessa intervenção. Em relação à coordenadora da escola Castelo Branco, por exemplo, pude perceber, nos seus relatos, o apontamento sobre os diferentes momentos das atividades, discussões e práticas realizadas, que denotava a evolução do seu olhar acerca da educação bilíngue para surdos e a sua preocupação com as várias mudanças que deveriam acontecer na escola – preocupação que perpassava os outros profissionais que participavam do curso, mas de acordo com as suas respectivas realidades.

O curso de LIBRAS de 180h¹¹ visou à formação dos professores do AEE, e serviu como ação estratégica para propiciar formação à coordenadora da escola Castelo Branco, que também atua como professora do AEE em escola do estado em Jaguarão, beneficiando, assim, a prática dessa profissional ao atuar no acesso dos alunos com surdez ao contexto educacional onde acontecera o PI e favorecendo a construção de uma concepção de educação pautada no bilinguismo.

O desenvolvimento do curso privilegiou estratégias que envolvessem o conhecimento instrumental e prático de LIBRAS, levando em consideração experiências visuais para a aprendizagem dos alunos surdos possíveis de serem compartilhadas no contexto da escola inclusiva.

¹¹ O curso de LIBRAS realizado na escola da intervenção aconteceu de agosto a novembro de 2014, com carga horária de 180h, nos três níveis I, II e III, tendo como ministrantes três professores surdos, que abordaram os conhecimentos necessários de gramática, didática e a fluência em LIBRAS. O público do curso foi constituído por profissionais da escola Castelo Branco e de outras escolas da região, na abrangência da 5ª CRE. Fotos referentes ao curso encontram-se no Anexo E.

Na disciplina inicial do curso, priorizou-se um momento em que os professores fossem esclarecidos acerca do cronograma, do conteúdo, da metodologia e da avaliação do curso. No que tange às metodologias empregadas, utilizou-se, como recurso de aprendizagem, filmagens das atividades práticas de interpretação de LIBRAS ao longo do curso. No momento de avaliação, foi realizado um teatro com as histórias infantis trabalhadas nas aulas, que foi apresentado na escola de surdos com o intuito de aprofundar o aprendizado dos professores/cursistas.

A proposição do “Curso de Formação Continuada de Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS” endossou o compromisso da SEDUC-RS/5ª CRE, ampliou a discussão sobre a inclusão escolar de surdos no contexto educacional e proporcionou uma reflexão sobre a atual proposta do AEE. Assim sendo, o curso viabilizou momentos importantes nas discussões sobre a função do profissional do AEE frente à sua prática nas escolas em que chegam alunos surdos em situação de inclusão. Os professores surdos conseguiram desacomodar o grupo de professores/cursistas, fazendo-os repensarem as possibilidades do AEE para surdos e as funções do profissional que atende esses alunos, como construir uma cultura de formação bilíngue na escola e, assim, organizar o ambiente bilíngue. Segundo Lacerda e Lodi:

destacamos a necessidade de formação continuada e de reflexão constante sobre as práticas realizadas. Observamos no decorrer destes anos uma tendência à normalização das questões inclusivas e um certo apagamento delas. A chegada das crianças surdas, em geral, causa incômodo, e neste espaço observamos uma busca ativa dos professores e demais profissionais em saber como melhor atender às necessidades das crianças surdas, em um movimento de assimilar a novidade e procurar formas adequadas de lidar com elas. (LACERDA; LODI, 2007, p. 9).

Nos momentos descritos acima no relato sobre a atuação dos professores surdos junto aos professores/cursistas, é possível perceber, com a análise da citação, que o curso de LIBRAS foi muito importante no sentido de contribuir com uma mudança nas práticas futuras dos professores que até então vinham sendo desenvolvidas na escola. Isso era perceptível no excerto de fala da professora/coordenadora nos registros do diário de campo (“Ai, eu vou precisar de ajuda de vocês...”, “o Daniel vai ter que me ajudar a chamar os surdos mais velhos que vivem em Jaguarão e Arroio Grande...”), que apresentava a todo o momento a sua preocupação em estabelecer parcerias e a necessidade de organização da comunidade surda em Jaguarão.

Nesse bojo, o curso de LIBRAS ampliou as discussões no grupo de professores e provocou mudanças na concepção de educação bilíngue para surdos. Durante esse processo, fui desafiada várias vezes, no grupo, a pensar uma possibilidade de os gestores

reassignificarem a proposta do AEE para surdos. Assim sendo, no que diz respeito às atribuições do profissional do AEE, sendo ele o incentivador dessa política educacional nas escolas que atendem alunos surdos, caberia também aos incentivadores, juntamente com os gestores das escolas, o desenvolvimento da organização do espaço e da formação de todos os profissionais que trabalham com surdos na escola, deslocando, dessa forma, o atendimento centrado nos profissionais do AEE de modo a impulsionar uma cultura de formação na perspectiva bilíngue. Diante do exposto, utilizei, como instrumento de avaliação, entrevistas realizadas com duas profissionais que haviam participado no grupo de vinte professores do curso de LIBRAS de 180h. No final do curso, percebi que grande parte dos profissionais levou essas possibilidades de discussão para as redes estadual e municipal de educação em que eles atuavam nos seus municípios – tendo em vista que, no decorrer do curso, intervenções bem sucedidas aconteceram em outros municípios além de Jaguarão, como São Lourenço do Sul e Piratini¹².

Em dezembro de 2014, após o término do curso, houve uma reunião de avaliação dos cursos ministrados nas CREs, realizada em Porto Alegre, que contou com a presença de assessores pedagógicos de todas as coordenadorias do Rio Grande do Sul. Nessa reunião, pude fortalecer a percepção acerca da importância da formação proporcionada pelo curso de LIBRAS de 180h na cidade de Jaguarão, curso estruturado com os subsídios dados pela SEDUC, tendo em vista que outros cursos como esse foram realizados nas demais regiões do estado no mesmo período da aplicação do meu PI. A maioria desses cursos oferecidos pelas outras coordenadorias foi ministrada por profissionais surdos formados pelo curso de Letras-LIBRAS da Universidade Federal de Santa Catarina – polo Santa Maria. Com ações como a desses cursos, percebe-se, então, como a descentralização da política de formação realizada pela SEDUC foi estrategicamente positiva, pois os assessores conseguiram autonomia para pensar a formação bilíngue em seus respectivos contextos, inclusive na escolha dos profissionais para atuarem nessas práticas formativas em cada região.

Com a ampliação do conhecimento sobre a LIBRAS, a cultura e a comunidade surda proporcionada aos professores do AEE e à coordenadora da escola em Jaguarão, foi possível perceber os avanços realizados no andamento da ação, ficando tais avanços evidentes nas discussões, reflexões e atribuições referentes ao tema e também na fluência na LS com a apresentação do teatro¹³ organizado como avaliação principal ao término do curso.

¹² Ver fotos 6, 7 e 8 no Anexo E.

¹³ Ver fotos 3, 4 e 5 no anexo E.

- Ações 10 e 11

Ação: Oficina com professores da escola e pais: “Educação Bilíngue na comunidade surda”.

Resultados esperados: Estabelecer as prioridades para 2015 e formar um grupo com representação de professores, intérprete e pais dos surdos para diálogo com a SMED/Jaguarão e estudos referentes a essa educação.

Descrição das ações

As duas últimas ações do ano consistiram nas reuniões com os professores e pais dos alunos surdos no município de Jaguarão. Tais ações estavam no planejamento do diagnóstico para as ações de 2014, que incluíam momentos de formação sobre o bilinguismo na educação de surdos. Então, após os encaminhamentos durante o ano, o PI culminou com a oficina de professores e de pais. Na oficina de professores, aconteceram, em um primeiro momento, os relatos das ações realizadas até aquele momento. Na sequência, apresentei *slides* para introduzir a temática da educação bilíngue, bem como os desafios e a organização do espaço vivenciado na escola, de modo a propiciar essa educação. Além disso, para incitar os professores à discussão, propus ao grupo responder às seguintes perguntas: 1) O que significa ser bilíngue?; 2) O que é necessário para que a escola seja bilíngue?; 3) Quais são os investimentos necessários para a proposta bilíngue (contratação de recursos humanos, capacitação profissional, entre outros)?

A segunda reunião, que contou com a presença dos pais dos alunos surdos, teve a participação do professor surdo da UNIPAMPA, que fez um breve relato da sua história e comentou sobre a sua proposta de trabalho para 2015, a qual pretende envolver a universidade e a comunidade em geral com a realização de um projeto de extensão para o ensino de LIBRAS e a confecção de materiais pedagógicos para a educação de surdos. Nessa reunião, em que também estavam presentes a coordenadora da educação especial do município de Jaguarão – que atendeu ao convite realizado pela coordenadora da escola Castelo Branco – e a professora de LIBRAS, foi organizado um grupo para discutir essa educação e para manter os debates junto à SMED/Jaguarão, grupo que incluía, portanto, pais, professores e alunos bolsistas da UNIPAMPA que participam do projeto do professor surdo¹⁴.

¹⁴ Ver fotos 9 e 10 no Anexo E.

3.5 Análise e síntese da avaliação das ações

Essa seção trata da avaliação das ações realizadas na intervenção, as quais foram planejadas e executadas na direção dos objetivos do PI. Cabe ressaltar que, no desenvolvimento da intervenção, surgiram questões que originaram ações que não haviam sido planejadas anteriormente, que transcenderam os limites da escola pesquisada, ainda que todas fossem pensadas para convergirem para os objetivos do projeto.

No que tange às três primeiras ações do PI, elas deram conta das aproximações iniciais da pesquisa e dos seus objetivos para com o contexto de ensino no qual se pretendia intervir. Nesse momento, resalto a importância do acolhimento da escola onde a prática foi realizada e as parcerias firmadas entre a SMED de Jaguarão, a UNIPAMPA e a escola Castelo Branco. Destaco, no decorrer do cumprimento dessas três ações, a disponibilização de verbas para os custos referentes ao curso de LIBRAS de 180h, oferecida pela Assessoria da Educação Especial e Inclusiva da 5ª CRE, curso que teve como sujeitos os profissionais do AEE de escolas da região, mas que também assegurou a participação de uma profissional pertencente às duas redes de educação, na pessoa da coordenadora da escola na qual o projeto teve a sua principal inserção.

Para avaliar as ações de número 4 e 5, parto da afirmação de Stumpf (2009, p. 437): “a construção de um modelo bilíngue de educação para os surdos é uma tarefa complexa e exigente e as soluções simplistas só mascaram o inadequado da instituição escolar”. Considerando as carências desse modelo, foi possível perceber, quando da execução das ações 4 e 5 – nas entrevistas e conversas com a professora ouvinte de LIBRAS – que intervenções didáticas inadequadas estavam acontecendo na escola em que o PI foi realizado, ou seja, atuavam nessa escola professora e intérpretes sem formação adequada e exigida legalmente, fato que encaminhava para uma prática insuficiente do ensino de alunos surdos, não atendendo satisfatoriamente ao currículo da disciplina de LIBRAS e, conseqüentemente, à história e à identidade surda, conforme o relato da professora, transcrito a seguir.

Atendo os cinco alunos no próprio turno da tarde. Retiro [os cinco alunos] de aula e atendo[-os] na sala de recursos, pois no turno da manhã é outra professora que trabalha e não sabe LIBRAS. Eu sei que não é o mais aconselhável, ainda mais com os cinco alunos juntos nessa salinha. Também tenho as turmas do ensino fundamental do 5º ano até o 9º ano, em que ensino LIBRAS nos dois dias da semana que venho na escola. Tenho somente 20h no município, e as outras 20h tenho no estado, mas, em Arroio Grande. (Excerto da fala da professora de LIBRAS)¹⁵.

¹⁵ A entrevista completa consta no Anexo D.

Cabe ressaltar que, em relação a essas ações, cumpridas na primeira etapa do diagnóstico, os dois intérpretes e a professora de LIBRAS ouvinte participaram das conversas e entrevistas; porém, no decorrer da intervenção iniciada em 2014, a escola passou a contar somente com um intérprete, sendo que o mesmo não se fazia presente em cada intervenção nossa na escola. Diante disso, suspeitamos (pesquisadora e professor surdo) que o intérprete não queria se expor, possivelmente por causa da sua formação insuficiente na área.

A partir da ação de número 5 é que o PI começou a delinear a organização do espaço bilíngue para o ensino e a aprendizagem de estudantes surdos junto a estudantes ouvintes na escola Castelo Branco. Foi no encontro com os profissionais intérpretes e a professora ouvinte de LIBRAS, na reunião com o professor surdo para planejar as ações da intervenção e com a leitura do texto de Stumpf (2009), que começamos, no âmbito do grupo, a compartilhar conhecimentos sobre as experiências e a realidade brasileira no que tange ao ensino bilíngue para surdos. Nessas suas reflexões, Stumpf aponta a importância de um centro de pesquisa ou investigação para acompanhar a implantação e a evolução da escola bilíngue no Brasil.

Esses encontros ampliaram a discussão sobre a inclusão escolar de surdos no contexto educacional e sobre a atual proposta do AEE, bem como proporcionaram reflexões críticas e falas de professores e de pais avaliando os encontros. Outro espaço oferecido, no curso de LIBRAS de 180h, também propiciou momentos importantes nas discussões sobre a função do profissional do AEE frente à sua prática nas escolas com alunos surdos em situação de inclusão. Os professores surdos conseguiram desacomodar o grupo de professores/cursistas, fazendo-os repensarem as possibilidades do AEE para surdos e as funções do profissional que atende esses alunos, como construir uma cultura de formação bilíngue na escola e, assim, organizar o ambiente bilíngue. Foi possível perceber isso a partir da avaliação do curso feita por duas professoras do AEE (referidas, aqui, como professora V e professora J), de cujas falas apresento os trechos a seguir¹⁶:

tivemos um curso diferenciado, com diversidade de conteúdos e temáticas e principalmente com os docentes ministrantes do curso, todos os professores surdos que atuam em diferentes níveis de ensino, desde a educação básica à educação superior. Utilizando diferentes recursos didáticos, fomos instigadas a participar ativamente através da comunicação permanente em LIBRAS entre todos durante todo o curso... (Excerto da fala da professora V).

quanto à organização, embora a concentração da carga horária (extensiva), [o curso] foi sempre muito organizado. Minha opinião quanto à metodologia utilizada pelos três professores [é que eles] diversificavam a cada encontro... (Excerto da fala da professora J).

¹⁶ As avaliações completas emitidas pelas professoras constam no Anexo F.

Ao refletir sobre o curso de LIBRAS, percebo que ele ampliou as discussões no grupo de professores e provocou mudanças na concepção de educação bilíngue para surdos. Contribuiu para uma possibilidade mais concreta dos gestores ressignificarem a proposta do AEE para surdos, pois, em relação às atribuições do profissional do AEE, percebo que também é seu papel ser o incentivador dessa política educacional para surdos nas escolas. Os gestores, em especial, necessitam elaborar alternativas para o desenvolvimento da organização do espaço e da formação dos profissionais que trabalham com surdos no contexto educacional, deslocando, dessa forma, o atendimento centrado nos profissionais do AEE de modo a impulsionar uma cultura de formação na perspectiva bilíngue. No entanto, quando ressalto a educação para surdos em inclusão com ouvintes, refiro-me a surdos que residem em cidades que não possuem escola para surdos.

Nesse sentido, e pensando na continuidade desse projeto, em dezembro de 2014, após o término do curso, houve uma reunião de avaliação dos cursos ministrados nas CREs, realizada em Porto Alegre, que contou com a presença de assessores pedagógicos de todas as coordenadorias do Rio Grande do Sul. Nessa reunião, reafirmei a certeza sobre a importância da formação proporcionada pelo curso de LIBRAS de 180h na cidade de Jaguarão, comparando essa proposta com os demais cursos realizados no mesmo período por iniciativa das demais coordenadorias do estado. Com ações como a desses cursos, percebe-se, então, como a descentralização da política de formação realizada pela SEDUC foi estrategicamente positiva, pois os assessores conseguiram autonomia para pensar a formação bilíngue em seus respectivos contextos, inclusive na escolha dos profissionais para atuarem nessas práticas formativas em cada região.

Foi possível perceber, também, o quanto a escola Castelo Branco como um todo precisava avançar em relação à estrutura física e aos recursos humanos. Conseqüentemente, a formação e os demais desafios na organização do ambiente aconteceram paralelamente às oficinas realizadas nas reuniões, pois, embora se reconheça que a formação dos profissionais que trabalham com os alunos surdos seja imprescindível, considera-se que outras demandas precisam ser atendidas para que aconteça a organização do ambiente escolar bilíngue, como aponta a fala da mãe de um aluno surdo: “a maior dificuldade é quando ele fica sem intérprete e a professora não o entende, e também na hora das provas, pois ele e os colegas surdos não estão ainda alfabetizados”¹⁷.

¹⁷ A entrevista completa consta no Anexo D.

Além dos avanços decorrentes da realização do curso e das discussões interventivas, é importante registrar que consegui promover contribuições na intervenção em outros espaços e com os profissionais do AEE na região de abrangência da 5ª CRE, uma vez que a ação de número 9, referente ao curso de LIBRAS de 180h, manteve, ainda, um espaço de discussão e vivências sobre educação de surdos, políticas educacionais para surdos no Brasil e ações necessárias nos municípios a que pertencem os sujeitos envolvidos na ação. Assim, acredito que essa foi uma das ações mais importantes para a concretização do objetivo dessa intervenção, pois não somente possibilitou formação à coordenadora pedagógica da escola de Jaguarão, onde aconteceu a inserção do PI, mas também atingiu positivamente outros profissionais do AEE da região, motivando-os a repensarem as suas atribuições quando essas dizem respeito à educação de surdos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando ao final desse relatório, o qual descreveu as atividades referentes à proposta da intervenção que emergiu a partir da política nacional da educação especial na perspectiva inclusiva do MEC/SECADI, através do AEE e da Política Educacional Bilíngue para Surdos, acredito que consegui atender ao objetivo principal desse PI, isso é, de contribuir para a organização de um ambiente bilíngue para o ensino e a aprendizagem de estudantes surdos junto a estudantes ouvintes em uma escola da rede pública de ensino da cidade de Jaguarão/RS, atuando especificamente na organização de uma cultura de formação dos intérpretes e professores envolvidos com essa educação.

Diante do cenário inicial, configurado no diagnóstico do contexto de inserção do projeto, considero que fui bastante desafiada, pois fui percebendo o quanto é imprescindível, diante das ações planejadas, executadas e avaliadas, que os gestores se conscientizem de que a criticidade, a reflexão e a adaptação contextual da educação bilíngue para surdos são aspectos importantes a serem considerados na gestão, para que essa não se torne mera executora das políticas oficiais e reproduza comportamentos que contribuem para a geração de crises nos grupos sociais envolvidos.

Assim, ao realizar o diagnóstico do contexto de inserção, algumas indagações referentes às políticas públicas da educação inclusiva e suas problematizações conduziram-me ao projeto de intervenção. Por conseguinte, também almejava boas práticas de gestão, de modo a contribuir com um contexto formativo no qual percebesse lado a lado gestor, professor, professor da sala de recursos e intérpretes das escolas da região, partindo de noções que levem a uma Escola para Todos, firmada na democracia e no direito à diferença.

Diante do exposto, ao realizar as entrevistas com duas professoras que participaram de formações em anos anteriores (igual à oportunizada em 2014) e da implementação de uma das ações na segunda parte do projeto de intervenção (que foi o curso de 180h em LIBRAS), percebi a contribuição da intervenção na mudança do olhar dos profissionais que participaram da formação, incluindo a coordenadora da escola Castelo Branco. Um dos motivos que resaltei foi o da professora/coordenadora dessa escola perceber que os professores/cursistas estavam questionando os seus respectivos papéis diante do contexto educacional para a educação de surdos e o que está previsto na legislação sobre esse atendimento educacional específico.

Assim, o curso também propiciou ao grupo, formado por vinte profissionais que atuam em diferentes municípios de abrangência da 5ª CRE no AEE, a criação de um fórum de

discussão e de partilha de vivências sobre a educação de surdos, especialmente sobre as políticas educacionais para surdos no Brasil, sendo o Relatório da Política de Educação Bilíngue (2014) consultado e discutido em diferentes momentos.

Foi possível perceber que existem possibilidades de oportunizar ações estratégicas para o AEE na educação bilíngue para surdos, oferecendo suporte para a realidade educacional no momento atual, enquanto as políticas educacionais debatidas no âmbito do movimento surdo estão tentando produzir diferentes rumos para a educação de surdos.

Ao final do curso e desse projeto de um modo geral, percebemos, no âmbito do grupo de profissionais envolvidos, que a educação bilíngue para surdos é viável, porém demanda ações dos sujeitos inseridos nesse contexto de ensino, principalmente dos que atuam diretamente nos ambientes educacionais na condição de professores, tendo em vista que a organização desses ambientes, bem como a qualificação da formação desses profissionais, é essencial para a promoção de um ensino significativo e inclusivo. Contudo, algumas ações foram implementadas na escola para o ano de 2015: segundo informações de uma das mães, os alunos passaram a ter atendimento de LIBRAS no turno inverso e apoio de matemática em LIBRAS, e a intérprete de LIBRAS passou a participar de um grupo de discussões junto ao professor de LIBRAS da UNIPAMPA/Jaguarão.

Além dos objetivos alcançados, percebo que um dos indicadores mais relevantes do sucesso desse projeto está nas parcerias firmadas entre as três instituições envolvidas durante a execução das ações descritas. O estabelecimento dessas parcerias indica que o trabalho terá continuidade e oferece perspectivas para a educação de surdos na região onde atuo, o que evidencia a importância da união de esforços entre a pesquisa e a minha atuação profissional, cumprindo com a missão de um Mestrado Profissional de aliar a universidade aos interesses da população.

Por fim, ao analisar os limites e possibilidades desse projeto, entendo que outros estudos decorrentes dessa intervenção são almejados para possibilitar aprofundamentos às questões que surgiram e aos encaminhamentos a serem realizados, fornecendo, assim, outros referenciais para a reflexão e a ação sobre e nos outros contextos educacionais bilíngues de surdos incluídos em escolas regulares.

REFERÊNCIAS

ADRIANO, Nayara de Almeida. *Sinais Caseiros: uma exploração de aspectos linguísticos*. 2010. 100f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). *Lei nº 10.436*, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm>. Acesso em: 21 fev. 2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). *Decreto nº 5.626/2005*, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em: 21 fev. 2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). *Decreto nº 7.611/2011*, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em: 21 de fev. 2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). *Relatório sobre a Política Linguística de Educação bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa*. Brasília, 2014. Disponível em: <www.bibliotecadigital.unicamp.br/documente/?down=56513>. Acesso em: 18 fev. 2015.

_____. Diário oficial da união. *Decreto nº 6.571/2008*, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253 de 13 de novembro de 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/decreto6571_08.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2015.

CAMPELLO, Ana Regina. Língua de sinais brasileira na trajetória do povo e comunidade surda. In: WITKOSKI, Sílvia; FILIETAZ, Marta Rejane Proença. (Orgs.). *Educação de surdos em debate*. Curitiba: Editora UFTPR, 2014. p. 93-102.

DAMIANI, Magda F. Sobre pesquisa do tipo intervenção. *Anais do XVI Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino/ENDIPE*, Campinas: UNICAMP, 2012. p. 1-9.

FERNANDES, Eulália. *Surdez e Bilinguismo*. Porto Alegre: Mediação, 2010.

FIGUEIRÊDO, Maria do Amparo Caetano *et al.* Sujeitos Sociais em movimento: oficinas pedagógicas de cultura popular com crianças e adolescentes. *Anais do Congresso Brasileiro de Extensão Universitária*, João Pessoa, UFPB, 2003.

GÓES, Alexandre M.; CAMPOS, Mariana L. I. L. Aspectos da Gramática da LIBRAS. In: LACERDA, Cristina B. F. de; SANTOS, Lara F. (Orgs.). *Tenho um aluno surdo e agora?* Introdução às LIBRAS e educação de surdos. 1. ed. São Carlos: EdUFSCar, 2013.

GOLDFELD, Márcia. *A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio interacionista*. 2. ed. São Paulo: Plexus Editora, 2000.

KLEIN, Madalena; THOMA, Adriana da Silva. Experiências educacionais, movimentos e lutas surdas como condições de possibilidade para uma educação de surdos no Brasil. *Cadernos de Educação*, Faculdade de Educação-UFPEL, ano 19, nº 36, maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://www2.ufpel.edu.br/fae/caduc/downloads/n36/05.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2014.

LACERDA, Cristina B. F. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. *Cad. CEDES*, Campinas, v. 19, nº 46, set. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132621998000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 fev. 2014.

_____. A inserção da criança surda em classe de crianças ouvintes: focalizando a organização do trabalho pedagógico. *Anais da 23ª Reunião Anual da ANPED*, Caxambú/MG: ANPED, 2000.

LACERDA, Cristina B. F.; LODI, Ana Claudia Balieiro. A difícil tarefa de promover uma inclusão escolar bilíngue para alunos surdos. *Anais da 30ª Reunião Anual da ANPED*, 2007. Disponível em: <<http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT15-2962--Int.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2015.

LODI, Ana Claudia Balieiro. Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/05. *Educ. Pesquisa*, São Paulo, v. 39, nº 1, p. 49-63, jan./mar. 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ep/article/view/53042>>. Acesso em: 17 jun. 2014.

LODI, Ana Claudia Balieiro; ROSA, André Luís Matioli; ALMEIDA, Elomena Barboza de. Apropriação da LIBRAS e o constituir-se surdo: a relação professor surdo-alunos surdos em um contexto educacional bilíngue. *Revel*, v. 10, nº 19, 2012.

LOPES, Maura Corcini; MENEZES, Eliana da C.P. Inclusão de alunos surdos na escola regular. In: LUNARDI, Márcia; LOPES, Maura Corcini; MACHADO, Fernanda de Camargo. *Cadernos de Educação*, Faculdade de Educação-UFPEL, ano 19, nº 36, maio/ago. 2010, Pelotas, RS.

MINAYO, Maria Cecília de S. Trabalho de Campo: Contexto de Observação, Interação e Descoberta. In: MINAYO, Maria Cecília de S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

MOURA, Dácio Guimarães; BARBOSA, Eduardo F. *Trabalhando com Projetos – Planejamento e Gestão de Projetos Educacionais*. Editora Vozes, Petrópolis-RJ, 2006.

PADILHA, A. M. L. Desafio para formação de professores: alunos surdos e ouvintes na mesma sala de aula? In: LODI, A. C. B.; LACERDA, Cristina B. F. de (Orgs.). *Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização*. Porto Alegre: Mediação, 2010.

PAVIANI, Neires M. S.; FONTANA, Niura M. Oficinas pedagógicas: relato de uma experiência. *Conjectura*, v. 14, nº 2, maio/ago. 2009, p. 77-88. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/viewFile/16/15>>. Acesso em: 13 maio 2014.

PERLIN, Gladis. Cultura e educação bilíngue no pulsar das identidades surdas contemporâneas. In: WITKOSKI, Sílvia; FILIETAZ, Marta Rejane Proença (Orgs.). *Educação de surdos em debate*. Curitiba: Ed. UTFPR, 2014.

QUADROS, Ronice Müller de. *Educação de Surdos: a aquisição da Linguagem*. Porto Alegre: Artmed, 1997.

_____. O “bi” em bilinguismo na educação de surdos. In: FERNANDES, Eulália (Org.). *Surdez e bilinguismo*. 1. ed. v. 1. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005. p. 26-36.

_____. *O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa*. Brasília: MEC; SEESP, 2004.

_____. Políticas linguísticas e educação de surdos em Santa Catarina: espaço de negociações. *Caderno CEDES*, Campinas, 2006, v. 26, nº 69, p. 141-161. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622006000200003&lng=pt&userID=-2>. Acesso em: 21 mar. 2015.

ROCHA, Solange Maria da. *O INES e a educação de surdos no Brasil: aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos*. 2. ed. Rio de Janeiro: INES, 2008.

SANTOS, Lara F. dos. Educação especial e educação bilíngue para surdos: as contradições da inclusão. In: ALBRES, Neiva de Aquino; NEVES, Sylvia Lia Grespan (Orgs.). *LIBRAS em estudo: Política Educacional*. São Paulo: FENEIS, 2013. (Série Pesquisa).

SKLIAR, Carlos. Um olhar sobre o nosso olhar acerca da surdez e das diferenças. In: _____. (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

_____. A Localização Política da Educação Bilíngue para Surdos. In: _____. (Org.). *Atualidades da Educação Bilíngue para Surdos: interfaces entre pedagogia e linguística*. v. 2. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

SPERB, Carolina Comerlato; THOMA, Adriana. Atendimento Educacional Especializado (AEE) e Educação de Surdos. *Textura*, nº 25, jan./jun. 2012.

STUMPF, Marianne R. A Educação Bilíngue para Surdos. In: QUADROS, Ronice M de; STUMPF, Marianne R. (Orgs.). *Estudos Surdos IV*. Petrópolis/RJ: Arara Azul, 2009.

THOMA, Adriana S.; LOPES, Maura Corcini. (Orgs.). *A Invenção da Surdez II*. Santa Cruz do Sul/RS: EDUNISC, 2006.

VASCONCELOS, E. M. *Complexidade e Pesquisa Interdisciplinar: Epistemologia e Metodologia Operativa*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

ANEXOS

ANEXO A – Autorização para a realização da pesquisa de intervenção (SMED/Jaguarão)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGEDU)
MESTRADO PROFISSIONAL

Autorização da pesquisa de intervenção

Prezada Secretária

Ao cumprimentá-la cordialmente, solicitamos a Vossa Senhoria autorização para realizar a pesquisa "EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS EM INCLUSÃO NOS ANOS INICIAIS: Proposta de Formação dos Profissionais".

A pesquisa está sendo desenvolvida pela mestranda Patrícia Helena Leão Pinheiro, estudante do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Pampa e tem como orientadora a Prof.ª Dr.ª Suzana Schwartz, professora do referido mestrado.


Esta pesquisa tem por objetivo geral: Organizar o ambiente educacional bilíngue para alunos surdos dos anos iniciais de escola de Jaguarão de modo a assegurar uma cultura de formação na perspectiva bilíngue. A partir dessa proposição, trago como objetivos específicos: identificar e compreender as práticas educativas dos professores bilíngues e intérpretes com os alunos surdos; formar especificamente os intérpretes para atuarem na escola pesquisada; e oportunizar formação quinzenalmente ou mensalmente com o intuito de estabelecer uma cultura de formação na educação bilíngue para surdos aos professores dos estudantes surdos dessa escola.

Desde já agradecemos sua colaboração destacando que a sua autorização é imprescindível para a continuidade desta pesquisa.

Coloco-me à sua disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Patrícia H. Leão Pinheiro


Maria da Graça Souza
Secretária de Educação
Portaria 206/20

ANEXO B – Autorização para a realização da pesquisa de intervenção (EMEF Marechal Castelo Branco)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGEDU)
MESTRADO PROFISSIONAL**

Autorização da pesquisa de intervenção

Estimada Diretora

Ao cumprimentá-la cordialmente, solicitamos a Vossa Senhoria autorização para realizar a pesquisa “EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS EM INCLUSÃO NOS ANOS INICIAIS: Proposta de Formação dos Profissionais.

A pesquisa está sendo desenvolvida pela mestrandia Patrícia Helena Leão Pinheiro, estudante do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Pampa e tem como orientadora a Prof.ª Dr.ª. Suzana Schwartz, professora do referido mestrado.

Esta pesquisa tem por objetivo geral organizar o ambiente educacional bilíngue para alunos surdos dos anos iniciais de escola de Jaguarão de modo a assegurar uma cultura de formação na perspectiva bilíngue. A partir dessa proposição, trago como objetivos específicos: identificar e compreender as práticas educativas dos professores bilíngues e intérpretes com os alunos surdos; formar especificamente os intérpretes para atuarem na escola pesquisada; e oportunizar formação quinzenalmente ou mensalmente com o intuito de estabelecer uma cultura de formação na educação bilíngue para surdos aos professores dos estudantes surdos dessa escola.

Destaco que a referida pesquisa já tem ciência da Secretaria Municipal da Educação e Desportos e recebeu a devida autorização.

Coloco-me à sua disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Patrícia H. L. Pinheiro
Mestranda

Prof.ª Dr.ª Suzana Schwartz
Orientadora

Emilia
Emilia da Silva Garcia
VICE-DIRETORA
Matricula Municipal 33790
ESC. MUNIC. de ENS. FUND.
MARECHAL CASTELO BRANCO
Port. Func. 18/12 Doc. Criação 43/95
JAGUARÃO - RS

ANEXO C – Termos de consentimento livre e esclarecido

Termo 1



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGEDU)
CAMPUS JAGUARÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Nós, a mestranda Patricia Helena Leão Pinheiro e a Prof^ª. Dr^ª. Suzana Schwartz, responsáveis pela pesquisa interventiva “EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS NA INCLUSÃO NOS ANOS INICIAIS: PROPOSTA DE FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS” estamos fazendo um convite para você participar como voluntário deste nosso estudo.

Esta pesquisa qualitativa de cunho interventiva aborda a questão da formação continuada de professores de LIBRAS, intérpretes e professores de surdos realizada em serviço, na perspectiva da educação bilíngue. Está inserida na linha de pesquisa “Gestão das Práticas Docentes na Diversidade Cultural e Territorial”, do Curso de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA.

Acreditamos que a pesquisa seja importante porque suscitará uma reflexão sobre como a participação do professor no processo de formação continuada legitima um lugar que é seu, de produtor de conhecimentos, um lugar que lhe é próprio, conferindo-lhe uma sensação de pertencimento e de desenvolvimento profissional permanente.

Sua participação, na pesquisa, constituirá em responder oralmente a entrevista elaborada pelos responsáveis, sendo assegurada total privacidade que será referida no trabalho como professor, assim como participar da proposta de formação nas oficinas pedagógicas.

Eu, Joniara Costa da Silva, estou ciente dos objetivos e da metodologia da pesquisa. Aceito participar do estudo acima descrito, desenvolvido pela mestranda Patricia Helena Leão Pinheiro, e a Prof^ª. Dr^ª. Suzana Schwartz, da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus Jaguarão.

Patricia H. L. Pinheiro
Pesquisadora

Sujeito pesquisado

Suzana Schwartz
Orientadora

Pelotas, novembro de 2014.

ANEXO C – Termos de consentimento livre e esclarecido

Termo 2



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGEDU)
CAMPUS JAGUARÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Nós, a mestrandia Patrícia Helena Leão Pinheiro e a Prof^a. Dr^a. Suzana Schwartz, responsáveis pela pesquisa interventiva “EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS NA INCLUSÃO NOS ANOS INICIAIS: PROPOSTA DE FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS” estamos fazendo um convite para você participar como voluntário deste nosso estudo.

Esta pesquisa qualitativa de cunho interventiva aborda a questão da formação continuada de professores de LIBRAS, intérpretes e professores de surdos realizada em serviço, na perspectiva da educação bilíngue. Está inserida na linha de pesquisa “Gestão das Práticas Docentes na Diversidade Cultural e Territorial”. do Curso de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA

Acreditamos que a pesquisa seja importante porque suscitará uma reflexão sobre como a participação do professor no processo de formação continuada legitima um lugar que é seu, de produtor de conhecimentos, um lugar que lhe é próprio, conferindo-lhe uma sensação de pertencimento e de desenvolvimento profissional permanente.

Sua participação, na pesquisa, constituirá em responder oralmente a entrevista elaborada pelos responsáveis, sendo assegurada total privacidade que será referido no trabalho como professor, assim como participar da proposta de formação nas oficinas pedagógicas.

Eu, Magnolia N. Figueira, estou ciente dos objetivos e da metodologia da pesquisa. Aceito participar do estudo acima descrito, desenvolvido pela mestrandia Patrícia Helena Leão Pinheiro, e a Prof^a. Dr^a. Suzana Schwartz, da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus Jaguarão.

Patrícia H. L. Pinheiro
Pesquisadora

Magnolia N. Figueira
Sujeito pesquisado

Pelotas, novembro de 2014.

ANEXO C – Termos de consentimento livre e esclarecido

Termo 3



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGEDU)
CAMPUS JAGUARÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Nós, a mestrandia Patrícia Helena Leão Pinheiro e a Profª. Drª. Suzana Schwartz, responsáveis pela pesquisa interventiva “EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS NA INCLUSÃO NOS ANOS INICIAIS: PROPOSTA DE FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS” estamos fazendo um convite para você participar como voluntário deste nosso estudo.

Esta pesquisa qualitativa de cunho interventiva aborda a questão da formação continuada de professores de LIBRAS, intérpretes e professores de surdos realizada em serviço, na perspectiva da educação bilíngue. Está inserida na linha de pesquisa “Gestão das Práticas Docentes na Diversidade Cultural e Territorial”, do Curso de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA

Acreditamos que a pesquisa seja importante porque suscitará uma reflexão sobre como a participação do professor no processo de formação continuada legitima um lugar que é seu, de produtor de conhecimentos, um lugar que lhe é próprio, conferindo-lhe uma sensação de pertencimento e de desenvolvimento profissional permanente.

Sua participação, na pesquisa, constituirá em responder oralmente a entrevista elaborada pelos responsáveis, sendo assegurada total privacidade que será referido no trabalho como professor, assim como participar da proposta de formação nas oficinas pedagógicas.

Eu, Zeli Bandalho Soares, estou ciente dos objetivos e da metodologia da pesquisa. Aceito participar do estudo acima descrito, desenvolvido pela mestrandia Patrícia Helena Leão Pinheiro, e a Profª. Drª. Suzana Schwartz, da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus Jaguarão.

Patrícia H. L. Pinheiro
Pesquisadora

Zeli B. Soares
Sujeito pesquisado

Pelotas, novembro de 2014.

ANEXO C – Termos de consentimento livre e esclarecido

Termo 4



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGEDU)
CAMPUS JAGUARÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Nós, a mestranda Patrícia Helena Leão Pinheiro e a Profª. Drª. Suzana Schwartz, responsáveis pela pesquisa interventiva “EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS NA INCLUSÃO NOS ANOS INICIAIS: PROPOSTA DE FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS” estamos fazendo um convite para você participar como voluntário deste nosso estudo.

Esta pesquisa qualitativa de cunho interventiva aborda a questão da formação continuada de professores de LIBRAS, intérpretes e professores de surdos realizada em serviço, na perspectiva da educação bilíngue. Está inserida na linha de pesquisa “Gestão das Práticas Docentes na Diversidade Cultural e Territorial”, do Curso de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA.

Acreditamos que a pesquisa seja importante porque suscitará uma reflexão sobre como a participação do professor no processo de formação continuada legitima um lugar que é seu, de produtor de conhecimentos, um lugar que lhe é próprio, conferindo-lhe uma sensação de pertencimento e de desenvolvimento profissional permanente.

Sua participação, na pesquisa, constituirá em responder oralmente a entrevista elaborada pelos responsáveis, sendo assegurada total privacidade que será referido no trabalho como professor, assim como participar da proposta de formação nas oficinas pedagógicas.

Eu, Christiane da Silva Lima, estou ciente dos objetivos e da metodologia da pesquisa. Aceito participar do estudo acima descrito, desenvolvido pela mestranda Patrícia Helena Leão Pinheiro, e a Profª. Drª. Suzana Schwartz, da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus Jaguarão.

Patrícia H. L. Pinheiro
Pesquisadora

Christiane da Silva Lima
Sujeito pesquisado

Pelotas, novembro de 2014.

ANEXO C – Termos de consentimento livre e esclarecido

Termo 5



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGEDU)
CAMPUS JAGUARÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Nós, a mestranda Patrícia Helena Leão Pinheiro e a Prof^ª. Dr^ª. Suzana Schwartz, responsáveis pela pesquisa interventiva “EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS NA INCLUSÃO NOS ANOS INICIAIS: PROPOSTA DE FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS” estamos fazendo um convite para você participar como voluntário deste nosso estudo.

Esta pesquisa qualitativa de cunho interventiva aborda a questão da formação continuada de professores de LIBRAS, intérpretes e professores de surdos realizada em serviço, na perspectiva da educação bilíngue. Está inserida na linha de pesquisa “Gestão das Práticas Docentes na Diversidade Cultural e Territorial”, do Curso de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA.

Acreditamos que a pesquisa seja importante porque suscitará uma reflexão sobre como a participação do professor no processo de formação continuada legitima um lugar que é seu, de produtor de conhecimentos, um lugar que lhe é próprio, conferindo-lhe uma sensação de pertencimento e de desenvolvimento profissional permanente.

Sua participação, na pesquisa, constituirá em responder oralmente a entrevista elaborada pelos responsáveis, sendo assegurada total privacidade que será referido no trabalho como professor, assim como participar da proposta de formação nas oficinas pedagógicas.

Eu, Matias Aguiar de Aguiar, estou ciente dos objetivos e da metodologia da pesquisa. Aceito participar do estudo acima descrito, desenvolvido pela mestranda Patrícia Helena Leão Pinheiro, e a Prof^ª. Dr^ª. Suzana Schwartz, da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus Jaguarão.

Patrícia H. L. Pinheiro
Pesquisadora

Matias Aguiar de Aguiar
Sujeito pesquisado

Pelotas, novembro de 2014.

ANEXO C – Termos de consentimento livre e esclarecido

Termo 6



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGEDU)
CAMPUS JAGUARÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Nós, a mestranda Patrícia Helena Leão Pinheiro e a Profª. Drª. Suzana Schwartz, responsáveis pela pesquisa interventiva “EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS NA INCLUSÃO NOS ANOS INICIAIS: PROPOSTA DE FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS” estamos fazendo um convite para você participar como voluntário deste nosso estudo.

Esta pesquisa qualitativa de cunho interventiva aborda a questão da formação continuada de professores de LIBRAS, intérpretes e professores de surdos realizada em serviço, na perspectiva da educação bilíngue. Está inserida na linha de pesquisa “Gestão das Práticas Docentes na Diversidade Cultural e Territorial”, do Curso de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA.

Acreditamos que a pesquisa seja importante porque suscitará uma reflexão sobre como a participação do professor no processo de formação continuada legitima um lugar que é seu, de produtor de conhecimentos, um lugar que lhe é próprio, conferindo-lhe uma sensação de pertencimento e de desenvolvimento profissional permanente.

Sua participação, na pesquisa, constituirá em responder oralmente a entrevista elaborada pelos responsáveis, sendo assegurada total privacidade que será referido no trabalho como professor, assim como participar da proposta de formação nas oficinas pedagógicas.

Eu, Manoel Silvano Alves Reduigui, estou ciente dos objetivos e da metodologia da pesquisa. Aceito participar do estudo acima descrito, desenvolvido pela mestranda Patrícia Helena Leão Pinheiro, e a Profª. Drª. Suzana Schwartz, da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus Jaguarão.

Patrícia H. L. Pinheiro
Pesquisadora

Manoel Silvano Alves Reduigui
Sujeito pesquisado

Pelotas, novembro de 2014.

ANEXO C – Termos de consentimento livre e esclarecido

Termo 7



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGEDU)

MESTRADO PROFISSIONAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Nós, a mestranda Patrícia Helena Leão Pinheiro e a Prof^ª. Dr^ª. Suzana Schwartz, responsáveis pela pesquisa interventiva “EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS NA INCLUSÃO NOS ANOS INICIAIS: PROPOSTA DE FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS” estamos fazendo um convite para você participar como voluntário deste nosso estudo.

Esta pesquisa qualitativa de cunho interventiva aborda a questão da formação continuada de professores de LIBRAS, intérpretes e professores de surdos realizada em serviço, na perspectiva da educação bilíngue. Está inserida na linha de pesquisa “Gestão das Práticas Docentes na Diversidade Cultural e Territorial”, do Curso de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA

Acreditamos que a pesquisa seja importante porque suscitará uma reflexão sobre como a participação do professor no processo de formação continuada legitima um lugar que é seu, de produtor de conhecimentos, um lugar que lhe é próprio, conferindo-lhe uma sensação de pertencimento e de desenvolvimento profissional permanente.

Sua participação, na pesquisa, constituirá em responder oralmente a entrevista elaborada pelos responsáveis, sendo assegurada total privacidade que será referido no trabalho como professor, assim como participar da proposta de formação nas oficinas pedagógicas.

Eu, Guilherme Parreira, estou ciente dos objetivos e da metodologia da pesquisa. Aceito participar do estudo acima descrito, desenvolvido pela mestranda Patrícia Helena Leão Pinheiro, e a Prof^ª. Dr^ª. Suzana Schwartz, da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus Jaguarão.

Patrícia H. L. Pinheiro

Patrícia H. L. Pinheiro

Pesquisadora

Guilherme Parreira

Sujeito pesquisado

Pelotas, janeiro de 2015.

ANEXO D – Entrevistas transcritas realizadas na EMEF Marechal Castelo Branco



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGEDU)
MESTRADO PROFISSIONAL**

- Perguntas destinadas à professora de LIBRAS.

ENTREVISTADORA: Quantos dias da semana ensinas LIBRAS para os estudantes surdos e há quanto tempo?

PROFESSORA: As minhas aulas são terça e quinta, e comecei a trabalhar com os alunos em 2011.

ENTREVISTADORA: Em quais turnos atendes os estudantes surdos dos anos iniciais? Quantos são os alunos?

PROFESSORA: Atendo os cinco alunos no próprio turno da tarde. Retiro [os cinco alunos] de aula e atendo[-os] na sala de recursos, pois no turno da manhã é outra professora que trabalha e não sabe LIBRAS. Eu sei que não é o mais aconselhável, ainda mais com os cinco alunos juntos nessa salinha. Também tenho as turmas do ensino fundamental do 5º ano até o 9º ano, que ensino LIBRAS nos dois dias da semana que venho na escola. Tenho somente 20h no município, e as outras 20h tenho no estado, mas, em Arroio Grande.

ENTREVISTADORA: Em quais turnos atendes os estudantes surdos dos anos finais? Quantos são os alunos?

PROFESSORA: Tenho somente uma aluna do oitavo ano, ela vem à tarde, como já falei, tenho a sala de recursos, que fica livre nesse turno. Mas ela também participa junto com a turma dela no turno da manhã, quando ministro a disciplina de LIBRAS.

ENTREVISTADORA: Qual é a tua formação inicial?

PROFESSORA: Sou formada em Letras.

ENTREVISTADORA: Tens formação para trabalhar com surdos AEE, especialização, capacitação...?

PROFESSORA: A formação que tenho são os cursos de LIBRAS que fiz na Associação de Surdos de Pelotas. Não, não tenho curso específico para trabalhar com surdos. Fui buscar fazer os cursos porque tenho um primo surdo, por isso que me interessei em aprender.

ENTREVISTADORA: Tens cursos de LIBRAS? Em caso afirmativo, qual nível cursou e qual a carga horária?

PROFESSORA: Tenho, fiz todos os cursos em Pelotas e também um que a coordenadora da educação especial na SMED/Jaguarão organizou. As aulas eram na Biblioteca Municipal, [ministrado por] ela e o Anderson, o professor surdo que era de Arroio Grande.

ENTREVISTADORA: Tens prova de proficiência em LIBRAS?

PROFESSORA: Não, essa ainda não tenho, mas gostaria de fazer, acho importante.

- Perguntas destinadas à coordenadora/professora do AEE.

ENTREVISTADORA: Qual o ano de ingresso dos alunos surdos na escola?

COORDENADORA: Cada um dos alunos teve um ano de ingresso diferente. Esses alunos estão sendo atendidos desde 2009.

ENTREVISTADORA: Algum dos alunos surdos frequentou outra escola (municipal, estadual ou particular) antes de ir para a EMEF Castelo Branco? Qual?

COORDENADORA: Um aluno fez educação infantil em escolinha particular, os demais ingressaram diretamente na escola.

ENTREVISTADORA: O que significa ser bilíngue?

COORDENADORA: É ter acesso e conhecimento das duas línguas, LIBRAS e Português, fazendo uso das duas no espaço escolar.

ENTREVISTADORA: O que é necessário para que a escola seja bilíngue?

COORDENADORA: Que a organização institucional adote uma postura bilíngue em todos os setores da escola, que tenhamos professores surdos, assim como intérpretes e que os

professores tenham acesso ao conhecimento de LIBRAS e apliquem no cotidiano o que aprendem sobre a língua de sinais.

ENTREVISTADORA: No teu ponto de vista, que investimentos são necessários para a proposta bilíngue (contratação de recursos humanos, capacitação profissional, entre outros)?

COORDENADORA: Capacitação profissional, reestruturação das práticas educativas, contratação de recursos humanos e adequação do espaço educativo.

ENTREVISTADORA: Acreditas na possibilidade de uma educação bilíngue na inclusão?

COORDENADORA: Com toda certeza, mas esse processo deve partir da conscientização de cada um sobre a importância de seu papel no mesmo.

- Perguntas destinadas à mãe de um aluno surdo.

ENTREVISTADORA: Qual a primeira língua que o teu filho aprendeu?

MÃE DO ALUNO: Ele aprendeu a língua materna e já um pouco a própria LIBRAS, pois já tinha uma irmã surda com 8 anos.

ENTREVISTADORA: Qual era a idade dele quando entrou em contato com a LIBRAS pela primeira vez?

MÃE DO ALUNO: Ele começou desde pequeno, assim que tivemos o diagnóstico da surdez.

ENTREVISTADORA: Quem ensinou LIBRAS para o teu filho?

MÃE DO ALUNO: Os pais e a irmã.

ENTREVISTADORA: Alguma vez percebestes existir um lugar ou pessoa que o teu filho sentiu-se bem ao usar a LIBRAS?

MÃE DO ALUNO: Gosta de usar quando está com a irmã, o cunhado ou outros amigos surdos.

ENTREVISTADORA: Teu filho contou alguma vez o que sonha em LIBRAS?

MÃE DO ALUNO: Não.

ENTREVISTADORA: Qual o sentimento mais difícil de conviver na tua relação com o teu filho?

MÃE DO ALUNO: O sentimento mais difícil para mim, que amo meu filho, é quando ele quer me dizer alguma coisa importante e eu não consigo entender e ele acaba ficando chateado e eu, muito triste.

ENTREVISTADORA: Como consideras a fluência em LIBRAS do teu filho?

MÃE DO ALUNO: Considero que ele sabe LIBRAS, mas ainda está faltando muito.

ENTREVISTADORA: Como aprendestes e consideras tua fluência em LIBRAS?

MÃE DO ALUNO: Eu aprendi LIBRAS com a irmã de meu filho e um pequeno curso com um professor da escola, mas ainda falta muito, pois sei somente o necessário.

ENTREVISTADORA: Teu filho frequentou outra escola antes da EMEF Castelo Branco? Qual?

MÃE DO ALUNO: Não.

ENTREVISTADORA: Na tua opinião, qual a maior dificuldade enfrentada pelo teu filho na escola?

MÃE DO ALUNO: A maior dificuldade é quando ele fica sem intérprete e a professora não o entende, e também na hora das provas, pois ele e os colegas surdos ainda não estão alfabetizados.

ENTREVISTADORA: O que significa ser bilíngue?

MÃE DO ALUNO: Para mim, ser bilíngue é a pessoa saber falar duas línguas. No caso das pessoas surdas, eles podem tornar-se bilíngues, aprendendo primeiro a língua de sinais e depois o Português.

ANEXO E – Registros fotográficos referentes a ações do PI



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGEDU)
MESTRADO PROFISSIONAL**



Imagem 1 – Curso de LIBRAS de 180h



Imagem 2 – Professores e intérprete no curso de LIBRAS de 180h



Imagem 3 – Teatro de encerramento do curso de LIBRAS de 180h



Imagem 4 – Teatro de encerramento do curso de LIBRAS de 180h



Imagem 5 – Teatro de encerramento do curso de LIBRAS de 180h



Imagem 6 – Oficinas de prática bilíngue e LIBRAS e grupo de professores da escola Vicente di Tolla, de São Lourenço do Sul



Imagem 7 – Oficinas de prática bilíngue e LIBRAS e grupo de professores da escola Vicente di Tolla, de São Lourenço do Sul



Imagem 8 – Oficinas de prática bilíngue e LIBRAS e grupo de professores das escolas Ponche Verde e Adão Preto, de Piratini



Imagem 9 – Reunião com pais, coordenadora da SMED/Jaguarão, professor, bolsistas da UNIPAMPA e professores da EMEF Castelo Branco, de Jaguarão



Imagem 10 – Reunião com pais, coordenadora da SMED/Jaguarão, professor, bolsistas da UNIPAMPA e professores da EMEF Castelo Branco, de Jaguarão

ANEXO F – Registros das avaliações do curso de LIBRAS 180h



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGEDU)
MESTRADO PROFISSIONAL**

Vânia Pieper
Professora do AEE /Assessora Pedagógica 5ª CRE

Atendendo à crescente demanda de formação permanente prevista pela política de educação especial na perspectiva inclusiva, dentro de um contexto nacional, como professora da rede estadual do RS tive oportunidade de participar de duas edições do curso de LIBRAS em momentos distintos.

No primeiro, em 2010/2011, como docente da rede, participei dos módulos básico, intermediário e avançado, ministrados pela instrutora Patrícia da Silva Rodrigues da FADERS em parceria com a 5ª Coordenadoria Regional de Educação. Na ocasião o foco foi o ensino da LIBRAS para a comunicação, com a introdução maciça de sinais de diversas categorias. Apostilas, vídeos foram alguns recursos utilizados. Totalizando 80h de curso.

No Curso de Formação Continuada de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS em 2014, promovido pela SEDUC/RS com foco à formação dos professores de AEE a serem capacitados para auxiliar no acesso dos estudantes com surdez no contexto educacional.

Tivemos um curso diferenciado com diversidade de conteúdos e temáticas e principalmente com os docentes ministrantes do curso, todos os professores surdos que atuam em diferentes níveis de ensino, desde a educação básica à educação superior. Utilizando diferentes recursos didáticos, fomos instigadas a participar ativamente através da comunicação permanente em LIBRAS entre todos durante todo o curso. Com carga horária de 180h, o que oportunizou a prática atrelada à teoria, porém de maneira a respeitar o ritmo de aprendizado necessário para LIBRAS.

Acredito que ambos contribuíram para meu aperfeiçoamento enquanto professora de AEE de forma a me capacitar como mediadora da comunicação frente a minha comunidade escolar.

Josiane Silva
Professora do AEE

A 5ª CRE ofereceu para os professores dois cursos de LIBRAS, um no ano de 2011 e outro, em 2014. Sendo que o curso de 2011 não cheguei a concluir, a data de realização do mesmo ficou muito complicada quanto à organização, pois foi bem no final do ano (dezembro), onde fica complicado se ausentar da escola nesse momento. Quanto à metodologia do curso, era muito distante da prática, eu lembro.

Já o curso de 2014, conclui o curso, minha opinião quanto à organização, embora a concentração da carga horária (extensiva), foi sempre muito organizada. Minha opinião quanto à metodologia utilizada pelos três professores, diversificavam a cada encontro.

Em 2011 eu acabei desistindo ao final do curso. Mas no de 2014, a aprendizagem foi mais sólida, onde, de fato ocorreu internalização dos assuntos abordados. Professores com metodologias diversificadas e capazes.

Portanto, o curso ajudou minha percepção a respeito dos encaminhamentos no serviço do AEE pelo profissional responsável, ao receber um aluno surdo na escola devemos levar em conta, em primeiro lugar, chamar a família e, como em Pelotas existe a escola Alfredo Dub, encaminhar para esta escola.

Trabalhar numa perspectiva bilíngue, já trabalhei em outra situação, muito difícil, pois falta entendimento de todos para que possam trabalhar com esses alunos.

Para escola se tornar bilíngue, se faz necessário muita formação.